

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

**UM ESTUDO ETNOGRÁFICO NA ESCOLA PORTO ALEGRE: as
percepções dos estudantes em relação às políticas públicas.**

MARCOS DALCIN BONACINA

Porto Alegre

2018

MARCOS DALCIN BONACINA

**UM ESTUDO ETNOGRÁFICO NA ESCOLA DE PORTO ALEGRE: AS
PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS
PÚBLICAS.**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Políticas Públicas pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professora Orientadora: Dra. Patrice Schuch.

Porto Alegre

2018

MARCOS DALCIN BONACINA

UM ESTUDO ETNOGRÁFICO NA ESCOLA PORTO ALEGRE:
as percepções dos estudantes em relação às políticas públicas

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Políticas Públicas pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Patrice Schuch – UFRGS

Prof. Dr. Alexandre Silva Virginio – UFRGS

Prof. Dr. Jean Segata – UFRGS

*“Me olhas com desconfiança
Me olhas com desprezo
Me olhas com nojo
Me olhas com medo
Só me olhas
Cuidado para não criar calos nos olhos”.*

Dilson Corrêa dos Santos (Baiano),
Estudante da Escola Porto Alegre.

RESUMO

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre, criada em 1995, se especializou no atendimento a jovens e adultos em situação de rua na cidade de Porto Alegre, consolidando-se como uma instituição diferenciada no que diz respeito a sua especificidade e metodologia, que se tornou referência para esse segmento social. Atualmente, a escola cede espaço para as reuniões semanais do Jornal Boca de Rua e do Movimento Nacional da População de Rua – MNPR, importantes movimentos sociais que discutem sobre os serviços e as políticas públicas direcionadas para a população em situação de rua. A partir de uma abordagem etnográfica, por meio da observação participante nas reuniões e atividades realizadas na escola, e de entrevistas semiestruturadas feitas com estudantes da escola, o objetivo do presente estudo foi de analisar as percepções dos estudantes em vulnerabilidade, em relação aos serviços de assistência social e as políticas públicas em Porto Alegre.

PALAVRAS-CHAVE: População em situação de rua, Escola Porto Alegre, Políticas Públicas, Etnografia, Assistência Social.

ABSTRACT

The Primary Education School of Porto Alegre - EPA, established in 1995, is specialized in the attendance of young and adult people living in a street situation in the city of Porto Alegre, consolidating itself as a reference for this social segment. Currently, the school is a space for weekly communications of the newspaper *Jornal Boca de Rua* and of the Street Population National Movement - MNPR, which is proposed to discuss services and public activities directed to the street population. From an ethnographic approach, participant observation in the activities in the school, and semi-structured interviews with the students, the present study meant to analyze the student's perceptions concerning to social welfare services and public policies in Porto Alegre.

KEY WORDS: Population in street situation, Porto Alegre School, Public Policies, Ethnography, Social Assistance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AICAS: Associação Intercomunitaria de Atendimento Social

CREAS: Centro de Referência Especializado em Assistência Social

Centro Pop: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

EPA: Escola Porto Alegre

FASC: Fundação de Assistência Social e Cidadania

FASE: Fundação de Atendimento Sócio-Educativo

FEBEM: Fundação Estadual Do Bem Estar Menor

FESC: Fundação de Educação Social e Comunitária

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS: Lei Orgânica de Assistência Social

MNPR: Movimento Nacional da População de Rua

PNAS: Política Nacional para a Assistência Social

SAIA: Serviço de Acolhimento, Integração e Acompanhamento

SEJA: Serviço de Educação de Jovens e Adultos

SESRUA: Serviço de Educação Social de Rua

SMED: Secretaria Municipal de Educação

SUAS: Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. ANTROPOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: considerações teórico- metodológicas	11
2.1 As Políticas Públicas: definição e relações com a Antropologia	13
2.2 Políticas Públicas e Pessoas em Situação de Rua	18
2.3 O Conceito de Vulnerabilidade.....	21
3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA POPULAÇÃO DE RUA NO BRASIL.....	22
4. A ESCOLA PORTO ALEGRE: EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL ...	30
4.1 O Drama da EPA	35
5. APRENDENDO UM POUCO SOBRE A RUAOLOGIA: UM RELATO ETNOGRÁFICO	37
6. ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DA EPA.....	45
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
ANEXO.....	60

1. INTRODUÇÃO

Este é um Trabalho de Conclusão de Curso - TCC - que trata do atual contexto das políticas públicas de assistência social direcionadas para a população em situação de rua na cidade de Porto Alegre. O estudo tem como foco as percepções dos estudantes em situação de rua da Escola Municipal de Ensino Fundamental de Porto Alegre – EMEF/POA, conhecida popularmente como EPA, em relação às políticas públicas. A EPA é uma escola municipal diferenciada, que devido ao seu histórico de mobilizações em favor do direito à educação a crianças e adolescentes socialmente excluídos da escolarização formal, tornou-se referência para a população de rua, para o Movimento Nacional da População de Rua - MNPR e para o Jornal Boca de Rua. Caracterizada por sua especialidade, no que diz respeito a sua gestão e ao atendimento de jovens, adolescentes e adultos em desamparo nas ruas, é um projeto inovador de extrema relevância social que acolhe a dinâmica da rua, que com suas próprias normas, adentra esse espaço institucional (ROSA, 2008). Desse modo, percebe-se que a EPA é um caso raro no Brasil e no mundo, pois foram poucas as instituições nesse formato encontradas em revisão documental e bibliográfica.

Para realizar esse estudo, foi utilizada uma abordagem antropológica, seguindo a perspectiva proposta por Chris Shore (2010), em que se interessa abordar as políticas públicas a partir de seus efeitos, isto é, a partir da forma como estas são recebidas e experimentadas pelas pessoas diretamente afetadas, e a partir das mudanças que estas acarretam nas dinâmicas dos espaços e indivíduos aos quais se relacionam. Para tanto, o método de análise escolhido foi a etnografia, tendo sido utilizada a observação participante, o diário de campo, e as entrevistas semiestruturadas realizadas com alguns componentes do corpo discente da EPA. Tal método caracteriza a etnografia, entendida nesse trabalho como um ofício que coloca o pesquisador mediante o compromisso de ampliar as possibilidades de (re)conhecimento das diversas formas de participação e construção da vida social (ECKERT, ROCHA, 2008).

Desse modo, propõe-se também trazer à luz a discussão sobre o diálogo entre o campo da antropologia e os estudos sobre as políticas públicas, dando ênfase nas contribuições que a perspectiva antropológica traz para a compreensão e análise das políticas públicas. Visa-se assim, destacar a importância de métodos qualitativos e interpretativos de investigação.

Levando em conta as contribuições da antropologia, e o fato de que a Escola Porto Alegre desenvolve trabalhos que poderiam ser qualificados como tecnologias de governo - “destinadas a guiar, dirigir, orientar, capacitar e regular os sujeitos, populações e problemáticas” (FONSECA; JARDIM; SCHUCH; MACHADO, 2015) - discutem-se também novas formas analíticas para as tecnologias de governo, tendo como referências o trabalho de João Biehl (2008). Decorre-se então sobre a agência política dos sujeitos e suas interpretações frente aos processos de mediação em torno das práticas de governo.

Para a compreensão do fenômeno da população em situação de rua no Brasil, será feita uma breve contextualização histórica que remonta ao início do século XIX, valendo-se dos estudos de Flauzina (2006) e Barros e Peres (2011), que associam os códigos penais de 1830, 1890 e 1940 como mecanismos de controle dos corpos negros. Almeja-se, assim, relacionar as representações sociais sobre a população pobre e negra ao longo da história e sua criminalização com o intenso processo de urbanização ocorrido no final do século XIX no Brasil, juntamente com o surgimento do pensamento positivista e do higienismo, o que gerou um novo sistema de dominação pós-abolição, reforçando a fronteira entre incluídos e excluídos (PECHMAN, 2002).

Em seguida será apresentada uma experiência etnográfica que inclui como referência fragmentos do relatório de estágio obrigatório I (com ênfase em políticas sociais) no bacharelado de políticas públicas. O estágio foi realizado na Pesquisa PopRua - PESQUISA QUANTI-QUALITATIVA DA POPULAÇÃO ADULTA E INFANTO-JUVENIL EM SITUAÇÃO DE RUA DA CIDADE DE PORTO ALEGRE, entre 08 de setembro e 10 de outubro de 2016, em que se analisam alguns resultados da pesquisa e relato minha participação como entrevistador. Também como referência tem-se o relatório de estágio obrigatório II, feito na Escola Porto Alegre, no período de maio a julho de 2017, através da participação nas reuniões do Movimento Nacional da População de

Rua e do Jornal Boca de Rua, assim como a participação em demais eventos e atividades realizadas na escola. Também, como parte da vivência na escola, a partir de abril de 2018, o autor conduziu oficinas de mandalas de fios de lã de caráter terapêutico, com os estudantes, realizadas duas vezes por mês. Não produzi um relato etnográfico sobre as oficinas, porém as conversas com os estudantes permitiram maior aproximação com os mesmos e aprendizado sobre as dinâmicas da vida na rua.

2. ANTROPOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: considerações teórico-metodológicas

Para realizar essa pesquisa, será utilizada uma abordagem antropológica, tendo em vista a incessante atuação da antropologia em prol de ações políticas e sociais dirigidas a defesa dos direitos humanos de diferentes segmentos populacionais, tais como às minorias étnicas, raciais e de gênero. Desse modo, a metodologia do presente estudo é baseada em um estudo etnográfico, composto de observação participante e entrevistas semi-estruturadas realizadas com parte do corpo discente da escola.

Por conseguinte, visa-se iluminar a discussão sobre a possibilidade e a necessidade de diálogo entre o campo/área da antropologia com os estudos sobre as políticas públicas, e vice-versa. De acordo com Shore (2010), a reflexão sobre a articulação dessas distintas disciplinas pode gerar novas perspectivas para velhos problemas, contribuindo para a análise científica das políticas públicas. Como exemplo, a antropologia pode contribuir na análise dos ciclos das políticas públicas, abordagem reconhecida pelos processos de formação de agenda, formulação, tomada de decisão, implementação, avaliação e monitoramento (HOWLET, RAMESH e PERL, 2013; SECCHI, 2013). Lembrando que o ciclo das políticas públicas representa apenas parte do estudo das políticas públicas, cuja área é composta por várias disciplinas, teorias e modelos analíticos (SOUZA, 2006).

Embora possua seus próprios métodos e teorias, as políticas públicas, formalmente reconhecidas como um ramo da ciência política, também é objeto analítico de outras áreas do conhecimento, como da antropologia, sociologia e da economia, comportando assim, olhares variados (SOUZA, 2006). Percebe-

se então a multidisciplinaridade das políticas públicas, cujos estudos abarcam tanto as inter-relações entre Estado, economia, política e sociedade, quanto as relações entre as instituições, atores, sistemas políticos, e a participação da sociedade civil.

Considerando essa multidisciplinaridade, e a fim de conceituar as políticas públicas como um fenômeno sociocultural, Shore e Wright (1997) exploram os paralelos entre as políticas públicas e o “mito”, inspirados nas observações de Malinowski (1926) na sociedade *trobriandesa*¹, que caracteriza o mito como o produto de uma crença que serve para codificar e reforçar normas grupais, salvaguardar as regras, a moralidade e promover a coesão social. Assim, é sugerido que da mesma maneira que os mitos, as políticas públicas possuem um plano de ação, que se utiliza de uma narrativa retórica para se justificar e para legitimar aqueles em posição de autoridade (SHORE, 2010). Em vista disso, tanto o mito quanto a política pública promovem uma zona de aliança em prol de uma finalidade comum, e um mecanismo para definir e manter as fronteiras simbólicas que separam os indivíduos (SHORE, 2010).

Para Shore (2010), o viés antropológico contribui com a questão de qual é o objeto de investigação quando se estuda aqueles que elaboram essas políticas e o funcionamento de sua elaboração. Deve-se focar nas instituições que elaboram essas políticas, ou nos funcionários e seus comportamentos, ações e visões de mundo? Ou ainda em contextos institucionais e socioculturais mais amplos nos quais esses atores operam? Deve-se enfatizar nas decisões que são tomadas? Nos processos que criam as políticas, ou então no impacto que estas têm nos indivíduos e grupos que a recebem? Deve-se analisar as narrativas, a linguagem e os discursos que dão forma e legitimam as atividades dos formuladores? E nas estratégias por meio das quais os indivíduos reagem ou refutam a essa linguagem (SHORE, 2010)?

Dessa forma, as funções das políticas públicas são questionadas, assim como os interesses e efeitos sociais produzidos por elas. Para tanto, é sugerida uma alternativa que critica o modelo mecânico dos técnicos e formuladores de

¹Bronislaw Malinowski viveu nas ilhas Trobriand entre 1915 e 1918, aprendeu a língua nativa, socializou e participou dos eventos de seus anfitriões. Introduz a observação-participante como método de pesquisa, recorrendo ao escopo da etnografia.

políticas públicas - que muitas vezes, ao abarcar o ciclo das políticas públicas como linear, começa com a formulação e termina com a implementação, numa cadeia lógica de eventos.

A antropologia enxerga as políticas públicas como processos que podem ser desordenados e complexos, que possuem maneiras ambíguas de serem promulgadas e recebidas pelo povo (SHORE, 2010). Nesse sentido, a antropologia das políticas públicas traz distintas reflexões acerca dos processos que giram em torno das políticas públicas, enfatizando também a importância de refletir sobre o conceito próprio de políticas públicas como algo que deve ser investigado e problematizado (SHORE, 2010). Além disso, destaca-se que os diferentes sentidos e definições desse termo podem gerar implicações para a investigação.

2.1 As Políticas Públicas: definição e relações com a Antropologia

A respeito da definição de políticas públicas, não há um consenso na literatura especializada quando à definição de política pública, por conta de disparidades presentes em diferentes abordagens (estadocêntrica e multicêntricas) sobre o tema (SECCHI, 2013). Portanto, qualquer definição de política pública é arbitrária. Contudo, é possível apontar dois elementos fundamentais das políticas públicas: intencionalidade pública e resposta a um problema público (SECCHI, 2013). Uma política pública é uma orientação à atividade ou passividade (entendidas como um problema coletivamente relevante) de alguém, e as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública (SECCHI, 2013). Para Dias e Matos (2012), a definição de políticas públicas também pode ser sintetizada da seguinte maneira:

“São as ações empreendidas ou não pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo por objetivo dar condições para que todos possam atingir uma melhoria da qualidade de vida compatível com a dignidade humana” (DIAS; MATOS, 2012, p.12).

Ainda há outras definições que destacam diferentes aspectos das políticas públicas, como a de Larry Gerston: “A combinação de decisões básicas, compromissos e ações feitas por aqueles que detêm ou influenciam cargos de autoridade do governo” (GERSTON, 2010 apud DIAS, MATOS, 2012). A última definição abre brecha para interpretarmos que atores têm seus próprios interesses particulares, e que procurarão atendê-los, se legitimando através de discursos (e práticas) mesmo estes não coincidindo com os fins do Estado. Os interesses dos atores são amplamente discutidos pelas correntes do novo institucionalismo (PROCOPIUCK, 2013).

Diante disso, propõe-se destacar a importância de métodos qualitativos e interpretativos de investigação, sendo um eixo central dessas aproximações o reconhecimento de que a formulação de políticas é uma atividade sociocultural. Portanto, é uma atividade regida por leis, imersa nos processos sociais cotidianos, nas práticas culturais, e nos “mundos de sentido” (SHORE, 2010). O autor continua, explicando que “os antropólogos tendem a enfocarem-se em como fazem as pessoas para darem sentidos às coisas, ou seja, o que significam essas políticas para as pessoas” (SHORE, 2010, p.29). Partindo de estudos de caso etnográfico, Shore (2010) sustenta que a antropologia promove uma perspectiva crítica para compreender como as políticas públicas funcionam, assim como os símbolos, estatutos de legitimidade, tecnologias políticas, formas de governamentalidade e instrumentos de poder que podem frequentemente ocultar os mecanismos de funcionamento (SHORE, 2010).

A pesquisa antropológica, portanto, também se desloca para o estudo dos fenômenos reunidos sob o termo Estado, analisando os atores institucionais que concebem e operam os dispositivos de governo estatal, e as ações governamentais, tidas como processos de formação Estatal. Estes são tomados como processos dinâmicos e inconclusos (LIMA, 2013). Valoriza-se assim, as dimensões de processo, fluxo, e performance, não apenas aquelas apreensíveis pela via das análises dos grandes rituais e eventos, mas também a da atualização cotidiana, composta de ações estereotipadas e rotinizadas, apreensíveis na análise das condutas, desde os modos de pensar, falar, agir, como também de sentir, expressar emoções e se apresentar na interação cotidiana (LIMA, 2013). Quando o estudo etnográfico muda o foco em direção

as elites políticas, econômicas, intelectuais e etc., e as práticas das elites governamentais, a categoria “Estado” torna-se parte do discurso etnográfico, sendo analisada a fim de delinear-la, preenchê-la, reformá-la, permitindo ultrapassar a sensação de completude e totalização que a ideia de Estado carrega (LIMA, 2013).

Seguindo a perspectiva proposta por Chris Shore (2010), interessa nessa pesquisa abordar as políticas públicas a partir de seus efeitos, isto é, a partir da forma como estas são recebidas e experimentadas pelas pessoas diretamente afetadas, e a partir das mudanças que estas acarretam nas dinâmicas dos espaços e indivíduos aos quais se relacionam. Logo, diante desta vasta gama de possibilidades analíticas que a antropologia propõe, e frente à ideia de que as políticas públicas podem ter altos níveis de complexidade, essa pesquisa visa focar-se em alguns aspectos de uma política pública em particular (a Escola Porto Alegre) e partir dela, elaborar alguns questionamentos em relação às políticas públicas para a população de rua em Porto Alegre: Porque as políticas públicas direcionadas para a população de rua em porto alegre frequentemente são vistas como insuficientes, e mal avaliadas pelo público alvo? Qual é o enfoque do atual governo e qual o objetivo dessas políticas, na visão dos que a recebem? Porque, ao contrário de outros serviços e políticas, a Escola Porto Alegre é tida como referência para a população de rua?

Indo de acordo com o que foi apresentado acima, é importante refletir também sobre o termo “tecnologias de governo”, inspirado nas elaborações do filósofo Michel Foucault (2008a, 2008b) sobre governamentalidade (racionalidade política, regimes de governo). O termo tecnologias de governo se refere a um conjunto de formas de intervenção governamental, “destinadas a guiar, dirigir, orientar, capacitar e regular os sujeitos, populações e problemáticas” (FONSECA; JARDIM; SCHUCH; MACHADO, 2015). Os estudos etnográficos embasados pela noção de tecnologias de governo dispõem atenção nas técnicas, engenharias, engrenagens, materialidades e mediações diversas em que as relações de poder funcionam e se exercem. (FONSECA; JARDIM; SCHUCH; MACHADO, 2015). Assim, os dispositivos de poder na gestão de populações fazem parte do repertório dos estudos

antropológicos, visando compreender as práticas de governo entorno de saberes e poderes.

Além das contribuições antropológicas para a problematização da agência dos sujeitos e suas interpretações frente a processos de mediação em torno das artes de governar, as pesquisas etnográficas das tecnologias de governo conduzem inovações nos estudos sobre os modos de governo. Como exemplo dessas inovações conceituais, tem-se as pesquisas de Didier Fassin, que através de etnografias diversas em programas e políticas sociais, (FASSIN, 2009) torna explícito os modos de avaliação e diferenciação de vidas, assim com a análise das desigualdades que estas geram (FONSECA, JARDIM, SCHUCH, MACHADO, 2015).

Tendo em vista esse potencial infinito da antropologia de abrir novos horizontes, o antropólogo João Biehl propõe uma antropologia do devir (BIEHL; LOCKE, 2010), trazendo novas formas analíticas para as tecnologias de governo. Ao acompanhar a trajetória de um único sujeito, o autor procura capturar a lógica de infraestruturas cotidianas que fazem com que certas vidas ganhem forma e outras sejam impossibilitadas, iluminando a agência humana em contextos de crise (BIEHL, 2008). Inspirado na filosofia de Gilles Deleuze, Biehl utiliza o conceito de devir como um elemento para o estudo etnográfico:

“A atenção etnográfica aos devires humanos nos ajuda a ver o que está emergindo no campo: as microdinâmicas das vidas humanas que iluminam novas configurações de pensamento, estados afetivos e solidariedades que podem criar rasgos e aberturas, mesmo que pequenos, nas macrorrealidades sociais e políticas” (SCHUCH,2016,p.392).

O conceito de devir, presente no pensamento de Gilles Deleuze e Felix Guattari, estaria relacionado com o conteúdo próprio do desejo e seus processos (agenciamentos), que possibilitam infinitas maneiras de existir e coexistir. Busca-se com isso, valorizar o conhecimento prático e as experiências dos sujeitos etnográficos, muitas vezes vistos como vítimas indefesas a espera de solidariedade externa. Conforme Biehl relata a Schuch (2016), esse conhecimento experiencial pode conter soluções eficazes, que normalmente são ignoradas por soluções técnicas rápidas (SCHUCH,2016).

“A antropologia do devir está interessada em entender como as pessoas lutam, fazem e vivem suas vidas apesar de, através de, ou ao longo de forças macroestruturais – seja a história, a política, a economia ou a ciência – reconhecendo os efeitos reais dessas forças na vida das pessoas: violência, desigualdade, limites, possibilidades ou oportunidades. Uma perspectiva inspirada no devir olha para como esses limites, essas forças que constroem as pessoas são de fato vividas no dia a dia; a maneira como as pessoas acham saídas, algumas aberturas; e também como elas lidam com essas forças nos seus projetos de vida e descobrem potenciais para mudanças, ainda que sejam pequenos. A ênfase está na capacidade criativa das pessoas, na sua imaginação e nos seus experimentos cotidianos” (SCHUCH, 2016, p.418).

Conforme destaca Patrice Schuch, em entrevista com João Biehl (SCHUCH, 2016), nota-se a relação desafiadora que Biehl propõe com atores diversos envolvidos com a formulação, gestão e implementação de políticas e programas de intervenção social. A abertura para esse diálogo e para as categorias que fazem sentido às pessoas, pode fazer funcionar debates produtivos para os estudos das políticas públicas. Com isso, busca-se reconhecer as capacidades de agência dos indivíduos, e refletir sobre como as pessoas estão se mobilizando frente a obstáculos e possibilidades.

Em seus estudos sobre os efeitos das novas políticas de HIV/AIDS fora do eixo dominante (São Paulo-RIO), em que se iluminou uma nova dimensão de cidadania e de governamentalidade no país, Biehl reflete sobre a questão das políticas modelo: políticas sociais que o Estado coloca como sendo de acesso universal, mas que na prática, possuem uma triagem. Existe um mecanismo de visibilidade e invisibilidade dos quais as próprias comunidades e sujeitos participam através de suas moralidades, cristalizando assim uma cidadania seletiva (SCHUCH, 2016). Não estaria a população de rua sujeita a esses mecanismos de triagem também, ao encontrarem dificuldades e preconceitos a tentar acessar serviços públicos universais, como o SUS, por exemplo? Também, esse discurso de universalidade não seria uma estratégia de poder, a fim de invisibilizar grupos e minorias sociais?

Biehl também traz o debate sobre o fenômeno crescente da judicialização, isto é, o ato de processar o Estado a fim de se garantir um direito. Segundo Biehl, isso dá pistas de novas formas de entrar na política, seja individualmente ou através de um coletivo, e de uma concepção diferente da justiça e da esfera pública. Destaca-se nesse processo o importante papel da defensoria pública em fornecer a representação legal dessas pessoas em

busca de sua cidadania. Como veremos no capítulo 4.1 (sobre a EPA), a permanência da EPA, está diretamente ligada com a atuação da defensoria pública de Porto Alegre, e com a atuação política de seus estudantes. Nota-se, então, que as pessoas que sofrem com desigualdades estão usando o judiciário para fazer a administração pública funcionar, com o auxílio de defensores públicos ativistas, apontando para “novas subjetividades políticas e mecanismos de chamar a atenção do Estado às suas responsabilidades constitucionais e de cuidado” (SCHUCH, 2016, p. 402).

Outro aspecto importante abordado pela antropologia e que contribui para a análise das políticas públicas, é a maneira como estas incidem na construção de novas categorias do indivíduo e da subjetividade, construindo identidades. Através das políticas, os indivíduos são objetivados e lhes são dadas categorias como “imigrantes”, “criminosos”, “moradores de rua”, “drogados” e etc (SHORE, 2010). Essa categorização pode gerar implicações positivas e negativas para indivíduos e grupos sociais, pois ao mesmo tempo em que dão visibilidade a certas questões sociais (UFRGS, 2016), também engessam estigmas, homogeneizam grupos heterogêneos, e transformam-se em métodos de controle social restritivos. Assim, as políticas públicas classificam e regulam as pessoas, que muitas vezes possuem pouco controle ou conhecimento sobre esses processos.

2.2 Políticas Públicas e Pessoas em Situação de Rua

No que diz respeito à população em situação de rua no Brasil, esta passou a ser integrada no Plano Nacional de Assistência Social somente em 2004. Com isso, nota-se uma conquista simbólica, visto que pela primeira vez esta categoria foi definida como público específico de uma política pública a nível nacional (FURTADO, 2017). Essa conquista deu-se também no campo da legislação brasileira, com a aprovação da Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005 que alterou o art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, incorporando à LOAS a criação de programas de proteção social às pessoas em situação de rua no campo da Assistência Social, o que reafirmou o dever do Estado com a proteção social aos cidadãos brasileiros que se encontram

em situação de rua no Brasil (BRASIL, 2011). De acordo com o Decreto nº 7053/2009 que estabelece a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento, esta categoria social fica definida como:

“considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (Decreto nº 7053/2009, art.1º, Parágrafo Único) .

Entretanto, como dizem Schuch e Gehlen (2012), é interessante notar o contraste com a definição proposta pelo Movimento nacional da População de Rua, criado também em 2005, que define da seguinte maneira:

“O Movimento Nacional da População de Rua é formado por homens e mulheres em situação ou trajetória de rua, comprometidos com a luta por uma sociedade mais justa que garanta direitos e a dignidade humana para todos. Esses homens e mulheres, protagonistas de suas histórias, unidos na solidariedade e lealdade, se organizam e mobilizam para conquistas de políticas públicas e transformação social” (SCHUCH; GEHLEN, 2012).

Essa definição é marcada por uma autoconstrução positiva da identidade da população de rua, sendo acentuada: a disposição para a luta por direitos e dignidade, o protagonismo dos seus participantes na produção da história e a sua união na solidariedade e na mobilização para conquista de direitos (SCHUCH; GEHLEN, 2012). Ao contrário dos termos definidores desse segmento pelo Ministério do Desenvolvimento, em que a população de rua é caracterizada por atributos de despossessão (pobreza, interrupção de vínculos familiares, inexistência de moradia).

As definições de população de rua variam de acordo com o país. Evidencia-se que as definições são dinâmicas, históricas e possuem conotação política, podendo ser divididas entre mais amplas ou mais restritas, ou entre habitacionais e sociais (NIETO; KOLLER, 2015). Coloca-se que as definições usadas por países desenvolvidos (high income countries) são mais amplas, abrangendo: pessoas em situações precárias de moradia; que vivem em casas de amigos ou parentes; que vivem em habitação temporária subsidiada pelo governo (NIETO; KOLLER, 2015). Nos países anglo-saxões, por exemplo, a

definição origina-se em função da não existência de moradia (*homeless* e os sem domicílio fixo) (UFRGS, 2016). Muitos países ricos (high-income countries) adotaram definições uniformes do fenômeno da falta de moradia (homelessness) a fim de determinar elegibilidade para os serviços e acompanhar o progresso da redução da falta de moradia, embora existam controvérsias (FAZEL, et AL, 2015).

Na tradição brasileira, com noções de morador de rua e população em situação de rua, tem-se uma denominação semelhante com a da colombiana “habitantes de la calle”, que esta relacionada com a vida na rua. Portanto, no caso de países em desenvolvimento, tem-se definições mais restritas, limitando-se a quem vive na rua ou a quem vive em instituições de abrigo especialmente desenhadas para atender a quem já viveu na rua (NIETO; KOLLER, 2015).

Conforme Schuch e Gehlen (2012), essas definições conceituais chamam a atenção para o fato de que:

“mais importante do que buscar uma essência definidora de determinados atributos comuns às pessoas assim classificadas, é importante associar a construção dessa população com um conjunto de atributos definidores da noção de normalidade, assim como à criação de formas de gestão pública das pessoas colocadas nessa situação social” (UFRGS, 2016, p.11).

Sabe-se que as populações em situação de rua tem sido constantes na história da humanidade, mas a forma de concebê-las, administrá-las, e os motivos relacionados à sua existência não são homogêneos, assim como seus próprios modos de vida, suas práticas e concepções de mundo de sujeitos colocados nessa situação social (UFRGS, 2016).

No Brasil, como parte integrante da assistência social (BRASIL, 2005; LOAS e SUAS), que tem como objetivo promover a universalização dos direitos sociais e da cidadania, visando conceder benefícios de prestação social básica e especial, dirigidos a famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal (LEI Nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993), percebe-se uma característica vinculada à categorização da população em situação de rua, que é o tratamento de indivíduos em situação de vulnerabilidade, risco social.

2.3 O Conceito de Vulnerabilidade

Para finalizar o capítulo, ressalta-se a importância de discutir a definição e a construção do conceito de vulnerabilidade social como uma categoria teórica/perspectiva analítica, visto que o tema caracteriza-se como um complexo campo conceitual, constituído por diferentes concepções e dimensões que podem voltar-se para o enfoque econômico, ambiental, de saúde, de direitos, entre tantos outros (MONTEIRO, 2011).

Ao compreender os elementos que constituem esse referencial, contribui-se para definir o alcance das políticas públicas, bem como para identificar seus limites e desafios na efetivação de direitos (MONTEIRO, 2011). Segundo Monteiro, os conceitos como vulnerabilidade, exclusão e desigualdade social são estruturantes da política social. Logo, esses pressupostos orientam a ação das políticas públicas de assistência social, trazendo novas demandas e respostas ao contexto da proteção social no Brasil.

Porém, a implantação dessa nova categoria, assim como sua incorporação de maneira imprecisa, pode significar ou uma perspectiva efetivadora de direitos, ou uma lógica conservadora e paternalista. Tal visão paternalista considera os indivíduos como vulneráveis, ou seja, vítimas indefesas com falta de agentividade. Assim, todo o poder pertence ao Estado e as instituições que oferecem proteção e apoio (BUTLER, 2014 apud FIGUEIREDO et al, 2017). Nessa visão, o foco do problema está no indivíduo e em seu comportamento, o que ignora determinantes sociais e condicionantes estruturais, produzindo estigmatizações sobre certos grupos e comportamentos. Nesta lógica criam-se políticas assistencialistas paliativas que acabam por não melhorar a mobilidade social de pessoas em vulnerabilidade social, naturalizando processos de subalternização e dependência.

Já numa perspectiva transformadora e emancipadora, englobada pelo campo jurídico e dos direitos humanos, as “minorias” são reconhecidas como grupos em vulnerabilidade justamente por estarem com direitos civis e políticos

violados. Aqui, apesar de os indivíduos estarem em uma “situação de fragilidade”, eles são vistos como parte de uma relação de poder, em que um sujeito/agente de “*vulneración*” coloca um sujeito/objeto como vulnerável (Figueiredo et al ,2017). Butler (2014 apud Figueiredo et al, 2017) assinala que reconhecer uma situação de vulnerabilidade pode ser uma ferramenta política para a articulação de grupos minoritários, como o caso dos movimentos feministas e o da população de rua, por exemplo.

Portanto, os indivíduos, organizados ou não em movimentos, aparecem como sujeitos de agentividade política, em que vulnerabilidade e resistência são parte de um mesmo processo de luta por direitos. Essa é a ideia de vulnerabilidade social que é referenciada aos estudantes da EPA na presente dissertação: cidadãos que possuem conhecimentos e habilidades políticas próprias, capazes de transformar fatores sociais estruturais (condições de vida e de trabalho, acesso aos serviços públicos) a fim de conquistarem direitos e inserção social. Revela-se, ainda, que os estudantes foram impulsionados a uma situação de vulnerabilidade por um sistema político e econômico excludente e elitista, seja pela falta e precariedade dos serviços públicos, pela corrupção, pela falta de infraestrutura e planejamento social, pela estigmatização e discriminação, ou pelas profundas desigualdades sociais geradas pelo capitalismo.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA POPULAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Ao realizar um estudo que envolve o fenômeno da população de rua no Brasil, é interessante propor uma contextualização histórica, ainda que breve, visto que a produção intelectual brasileira sobre o assunto ainda é nova e limitada. Como aponta Furtado (2017), mesmo com o crescente interesse por pesquisadores das mais diversas áreas sobre a situação de rua, são poucos os estudos que tratam de historicizar o processo e a construção dessa população, assim como sua posterior incorporação enquanto uma categoria estatal.

Desse modo, inicia-se a rápida contextualização histórica no início do século XIX, em 1807, com a vinda da família real portuguesa ao Brasil colônia. Fugidos das tropas de Napoleão, a coroa portuguesa e os cerca de 15 mil

portugueses assustaram-se com a ideia de viver numa cidade onde a maioria eram negros escravizados (BARROS; PERES, 2011). Diante da preocupação, criou-se a Guarda Real de Polícia, em 1908, a fim de enfocar o poder punitivo no Brasil (BARROS; PERES, 2011). Com o intuito de manter a ordem pública e o patrulhamento da cidade, a função da Guarda Real relacionava-se a uma “polícia de costumes”, que reprimia com violência e crueldade a cultura afro-brasileira, atuando como os antigos capitães do mato. De acordo com Ana Flauzina (2006), o controle dos corpos negros sempre foi uma obsessão do período imperial, e que passou dos grilhões às algemas com a Proclamação da República em 1889.

Os últimos autores mencionados associam a criação dos códigos penais de 1830, 1890 e 1940 como mecanismos de controle dos corpos negros. O código penal de 1830 pretendia manter a lógica escravocrata, tendo como objetivo reprimir os capoeiristas, vistos como vadios e desordeiros, combater as insurreições dos escravizados e destruir os quilombos. Ainda em 1830, o Brasil foi o primeiro país do mundo a decretar uma lei contra o uso da maconha, a fim de criminalizar os hábitos dos negros escravizados, invadir quilombos e proibir rituais de candomblé (BARROS; PERES, 2011). Destaca-se que no período entre 1500 e 1822, enquanto cerca de 1 milhão de portugueses vieram ao Brasil, mais de 3 milhões de africanos eram trazidos à força pelo tráfico negreiro. Com medo do predomínio de africanos e das rebeliões dos escravos, e com a forte pressão da Inglaterra para a abolição da escravidão no Brasil - que desejava conquistar novos mercados consumidores - a partir de 1850 o Brasil começa a adotar medidas abolicionistas.

Com a Abolição da Escravidão em 1888, e a Proclamação da República em 1889, o controle e disciplinamento da massa de ex-escravos era o grande projeto do período republicano (LEITE, 2016). Sem se preocupar com políticas públicas de cidadania e inclusão social para os negros libertos (que foram deixados a própria sorte), a República tratou de instaurar instrumentos para controlar os negros, como o código penal de 1890. Este combatia cultos de origem africana, criminalizava a capoeira e instaurava decretos que determinavam a prisão “correcional” de vagabundos, mendigos, capoeiristas e pessoas sem domicílio fixo, negando direito a fiança a este tipo de réu, que eram em maioria negros (FLAUZINA, 2016). Nesse contexto racista, a

criminologia positivista, influenciada pelo pensamento de Lombroso (1835-1909), serviu de base para o aprimoramento das práticas de vigilância do sistema penal da República (BARROS; PERES, 2011). Assim, se classificavam os criminosos a partir de suas características físicas, e os negros eram considerados suspeitos.

Com a necessidade de industrializar o país após a Revolução de 1930 e a Constituição de 1934, o proletariado e as leis trabalhistas fizeram parte do novo contexto social. Para Flauzina (2006), o Código Penal de 1940 ocultou completamente qualquer questão de raça em seu texto. O mito da democracia racial tornou-se, então, uma estratégia de invisibilização social do segmento negro, ignorando o recente passado escravagista e o atual contexto de exclusão social. Conforme explica Pedro Ferreira Leite (2016), nesse mesmo Código, na seção relativa à “Política de Costumes”, definia-se pena de prisão de quinze dias a três meses para ociosidade e mendicância. Destaca-se também que o artigo 60, que estabelecia o crime de mendicância, só foi revogado pela lei nº 11.983 de 2009. Já o artigo 59, que criminalizava “entregar-se habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”, sob pena de prisão de quinze dias a três meses, continua em vigor no Código Penal atualmente vigente no País” (LEITE, 2016, p.28).

Em meio aos marcos civis citados, evidencia-se o intenso processo de “civilização” que o higienismo operou na sociedade brasileira no final do século XIX. Através do saneamento, as políticas higienistas buscavam acabar com o amontoamento de coisas e pessoas, e com a falta de fluxos (PECHMAN, 2002). Juntamente com o higienismo, o urbanismo também se colocava como um discurso ordenador do espaço da cidade e da rua, se apresentando como um saber científico, que visa “ordenar” o caos urbano. Esses pensamentos foram desenvolvidos e aplicados por uma elite branca, que herdou posses e privilégios do período escravocrata, atualizando novas formas de dominação e controle social.

Conforme avalia Maricato (1997), muitos historiadores entendem que o período mais efetivo de industrialização e urbanização no Brasil iniciou-se na década de 1930. O Estado começava a interferir na promoção da

industrialização através de investimentos em infraestrutura e de subsídios ao capital industrial e ao desenvolvimento do mercado (MARICATO, 1997). A partir de então, em termos globais, pode-se dizer que entre 1930 e 1980 a economia brasileira cresceu significativamente. Houve diversificação da indústria e um aumento da força de trabalho, pois ocorreu uma absorção da população pobre de negros e mestiços no mercado de trabalho brasileiro (THEODORO, 2004).

Nota-se, entretanto, que o crescimento econômico e o fortalecimento do aparelho estatal nesse período não significavam um avanço no desenvolvimento social, visto que a fome, a falta de habitação e as precárias condições de saúde são produtos dos processos estruturais (Estado Desenvolvimentista) que criavam a ilusão de que a economia brasileira poderia ser vista como moderna (IANNI, 1994). A autora defende que a expansão do capitalismo transformou o mundo do trabalho de forma a inserir o emprego, o desemprego, o subemprego e a pobreza na vida de muitos trabalhadores. Assim, podemos notar que a migração de famílias e indivíduos para os centros urbanos aumentou a desigualdade entre as classes sociais, visto que não havia moradia nem emprego o suficiente, e conseqüentemente, pode se esperar um aumento no número de pessoas em situação de rua (IANNI, 1994). Segundo Gomes e Perreira (2005), as conseqüências das crises econômicas (no Brasil podemos destacar o período da década de 80) a que estão sujeitas as famílias pobres precipitam a ida de seus filhos para a rua e, na maioria das vezes, o abandono da escola, a fim de ajudar no orçamento familiar (GOMES; PEREIRA, 2005).

Com isso, é importante relacionar o fenômeno dos habitantes da rua no Brasil com: a questão da escravidão no Brasil; os processos de higienização das cidades; e os processos de industrialização e urbanização. Como aponta Leite (2016), não é coincidência o fato de a vadiagem ter sido criminalizada justamente quando uma maior parcela da população negra começou a circular pela cidade, nem a mendicância ter sido criminalizada dois anos após a abolição da escravatura, estando esses processos evidentemente associados ao racismo e ao controle dos corpos negros. O Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão, é o país fora da África com maior parcela de

população negra, sendo mais da metade da população brasileira (54%) composta por negros e pardos.

De acordo com o Atlas da Violência 2017, homens jovens negros e de baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no País. De acordo com informações do Atlas, de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) aponta que o Brasil abriga a quarta maior população prisional do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Rússia, sendo que 61% da população carcerária no Brasil é composta de pretos e pardos. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016 (PNADc), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o percentual de analfabetismo de pretos ou pardos é maior que o dobro da população branca.

Esses dados também se refletem na população em situação de rua: em pesquisa nacional, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em vinte e três capitais e quarenta e oito municípios com mais de 300 mil habitantes, que contabilizou aproximadamente 50 mil pessoas em situação de rua no País, identificou-se que a proporção de negros na população de rua é substancialmente maior (67%) se comparada aos níveis da população em geral (44,6%) (BRASIL, 2009). Vale destacar que essa pesquisa foi demandada pelo Movimento Nacional da População de Rua - MNPR, que questionava a invisibilidade da população de rua nas pesquisas censitárias.

Diante destes dados, percebe-se a contrastante desigualdade racial presente no Brasil, fortemente marcada por três séculos de escravidão, pela invisibilização das questões raciais por parte do Estado, e pela falta de políticas públicas que reconheçam essas desigualdades e se direcionem para os segmentos populacionais mais afetados. Assim, a população em situação de rua no Brasil ainda é reflexo de uma sociedade com raízes no processo de colonização e pelo contexto histórico de desigualdades, racismo e exploração. Logo, necessitam-se políticas públicas de acolhimento e de inclusão social, a fim de garantir direitos básicos e promover a autonomia desse segmento social.

Somente nas décadas seguintes à constituição de 1988 que o Estado possibilitou a articulação entre sociedade civil e espaços institucionais. As organizações da sociedade civil tanto em âmbito institucional (conselhos),

como em âmbito não governamental e não institucionais, começaram a se organizar e a pressionar o Estado para que houvesse canais de comunicação legíveis. Nesse sentido, em estudo sobre o MNPR em Porto Alegre, Schuch (2015) transcorre sobre a ocupação desses espaços institucionais deliberativos, percebendo um esforço tanto do MNPR quanto de organismo jurídicos e órgãos ligados ao Estado para produzirem legibilidade em relação à “situação de rua”, podendo estes se tornarem espaços privilegiados para novas inscrições políticas (SCHUCH, 2015). Da mesma maneira, o Estado começou lentamente a tratar a pobreza como uma questão social passível de política, diferentemente da década de 1930, onde era considerada “caso de polícia”.

A partir da redemocratização do País e da rearticulação dos movimentos sociais, novas possibilidades surgem para a população de rua no Brasil, para além da caridade e da criminalização. Após o período de supressão de direitos civis e políticos na ditadura militar (1964-1984), inicia-se um momento de utilização da retórica dos direitos humanos, que através de debates entre movimentos sociais, parlamentares e outros segmentos da sociedade civil, construíam a Constituição Federal de 1988 – CF/88 (FONSECA, 1999). Nesse contexto de garantia de diversos direitos civis, políticos e sociais, a CF/88 trazia também, uma nova concepção para a assistência social, incluindo-a no campo dos direitos. Em 1993 é regulamentada a nível nacional a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, que define a assistência social como um direito dos cidadãos e como um dever do Estado; sendo uma política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade (BRASIL, 1993).

Na cidade de Porto Alegre, a política de assistência social começou a ser implementada em 1994, pela lei municipal nº 7.414, criando a Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC), atual Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), como responsável por formular, promover e coordenar a política de Assistência Social (LEITE, 2016). É neste contexto que começa a história da Escola Porto Alegre, como um programa de abordagem na rua criado em 1994, o Serviço de Educação Social de Rua – SESRUA, cuja história será abordada neste trabalho.

Como marco em nível nacional para população de rua, no que diz respeito a sua articulação como movimento social e como um público alvo de políticas públicas, tem-se no ano de 2004, a implementação da Política Nacional para a Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Também neste mesmo ano, na cidade de São Paulo, ocorreu um evento de comoção nacional que seria o estopim para a criação do Movimento Nacional da População de Rua – MNPR, o Massacre da Praça de Sé: no dia 19 de agosto de 2004, quinze pessoas que dormiam nas ruas do centro de São Paulo foram violentadas, sendo oito delas brutalmente assassinadas. A denúncia dessa violência e brutalidade tornou-se a narrativa que fundou o MNPR, em 2005, articulando movimentos de São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre (LEITE, 2016).

Nesse contexto de lutas por direitos e de organização da sociedade civil, as pesquisas de caráter censitário da população de rua, demandadas pelos movimentos, estão ligadas diretamente com a produção de políticas governamentais e à inscrição dessa população no cenário da atenção pública (SCHUCH, 2015). Conforme analisa Schuch (2015) a partir dos estudos de James Scott (1998), essas políticas podem ser entendidas como práticas que produzem legibilidade. Isto é, racionalizar, simplificar e padronizar populações para maior capacidade de comunicação e intervenção estatal. Entretanto, nem sempre essas práticas de governo são aceitas, e considerando a heterogeneidade da população em situação de rua, pode haver resistência, especialmente, se estas práticas forem implementadas sem um diálogo horizontal que valorize o conhecimento prático das pessoas em situação de rua (SCHUCH, 2015).

Atualmente, o Brasil não conta com dados oficiais sobre a população em situação de rua, e estima-se que existam mais de 100 mil pessoas em situação de rua no país (NATALINO 2016). A estimativa realizada pelo IPEA se utilizou de diversas variáveis, entre elas, o número de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal. O estudo recomenda o seguinte: que a contagem da população de rua seja incorporada ao Censo Populacional de 2020; e que o governo federal incentive as gestões municipais a conhecerem melhor sua população em situação de rua por meio da realização de pesquisas censitárias, e da incorporação deste

segmento no Cadastro Único para Programas Sociais - visto que é sobre a gestão municipal que recai uma parcela fundamental das políticas públicas voltadas para este público (NATALINO 2016).

Como consequência da realização de estudos e pesquisas por órgãos governamentais, e das reivindicações do MNPR, construiu-se o embasamento para a criação de uma política nacional para a população de rua. O decreto nº 7.053, do ano de 2009, institui a “Política Nacional para a População em Situação de Rua”, considerada uma das maiores conquistas do MNPR (LEITE, 2016). O decreto nº 7.053 também prevê a criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População de Rua (CIAMP-Rua), como um órgão deliberativo e paritário, sendo uma das mais importantes ferramentas para pensar a situacionalidade de rua a nível nacional (FURTADO, 2017). Como aponta Furtado (2017), a adesão à Política Nacional é um encargo dos estados e municípios, assim o Comitê Intersetorial se reproduz em diferentes níveis de governo, sendo coordenado nacionalmente pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania através da Coordenação-geral dos Direitos da População em Situação de Rua.

Voltando para o contexto dos movimentos sociais da população de rua em Porto Alegre², surge em 2000, uma iniciativa de organização coletiva idealizada por duas jornalistas ligadas a ONG Alice (Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação), que buscavam democratizar a comunicação e diversificar as fontes de informação através de um projeto de jornal comunitário com jovens que viviam nas ruas de Porto Alegre. Nasce assim, o jornal Boca de Rua, tendo sua primeira edição em dezembro de 2000, com a matéria da capa “Vozes de uma gente invisível”, lançada para ser divulgada no I Fórum Social Mundial de Porto Alegre. O Boca, como o Jornal é popularmente chamado, é constituído por diversos moradores de rua, integrantes do MNPR, e colaboradores do jornal, como estudantes universitários e Organizações Não Governamentais - ONGs. Estes se reúnem semanalmente no galpão da Escola Porto Alegre para organizar o jornal, reconhecido por dar visibilidade e contribuir para a luta política da população de

² Para saber mais sobre os movimentos da população de rua em Porto Alegre, ver o trabalho de Pedro Ferreira Leite (2016).

rua. Nessas reuniões, são discutidos e elaborados os temas e os textos, de forma coletiva, para as publicações trimestrais. Os jornais são distribuídos igualmente entre os integrantes, que os vendem no valor de R\$ 2,00 (dois reais) como forma de complementação financeira. Tanto nas matérias quanto para vender os jornais, os moradores de rua se comunicam com a sociedade, relatando seus problemas cotidianos e apresentando uma perspectiva diferente sobre a política e a cidade daquela veiculada nas grandes mídias – que são carregadas de estigmas e preconceitos (ALLES, 2010 apud LEITE, 2016).

4. A ESCOLA PORTO ALEGRE: educação e assistência social

A história da Escola Porto Alegre³ inicia-se em 1993, com a discussão sobre a construção da Escola Aberta do Centro, que representava uma ampliação do Serviço de Educação de Jovens e Adultos –SEJA, criado em 1989, com o objetivo de atender a população que não teve acesso a escola ou se encontrava fora dela. Neste período a prefeitura de Porto Alegre tinha também a preocupação em cumprir o estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, referente a proporcionar o direito à educação às crianças e adolescentes que vivem nas ruas do Centro da cidade, socialmente excluídos da escolarização formal. Ao mesmo tempo, a política de assistência social começou a ser implementada na cidade de Porto Alegre em 1994, criando a Fundação de Assistência Social e Comunitária – FESC (que a partir do ano 2000 torna-se a atual Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC), como responsável por coordenar, formular e promover a política de assistência social no município.

Assim surge também em 1994, integrando o Projeto Jovem Cidadão, o Serviço de Educação Social de Rua – SESRUA, programa de abordagem na rua coordenado pela FESC, contando como parceiras a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Cultura e a Secretaria Municipal da Saúde. O SESRUA contava com 10 professores dispostos pela SMED para realizarem abordagens na rua, os quais seriam futuros trabalhadores da Escola

³ HISTÓRIA DA EPA. Coletivo EPA. Disponível em: <http://coletivoepa.wikispaces.com/Hist%C3%B3ria%20da%20EPA>. Acesso em 10 jun 2018.

Aberta, e que contribuíram para a construção da proposta político pedagógica da futura escola.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre – EMEF Porto Alegre foi criada pelo Decreto nº 11.257 de 12 de maio de 1995 e autorizada a funcionar pelo Parecer nº 412/96 do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul de 01 de fevereiro de 1996, que propunha o “desenvolvimento, por 4 anos da experiência pedagógica denominada Escola Aberta”, ofertando o ensino fundamental em seis Totalidades (CME/POA, 2014). Era inaugurada então, em 30 de agosto de 1995, a Escola Municipal Porto Alegre, tendo como retaguarda na época apenas um albergue municipal. A mudança do nome de Escola Aberta do Centro para Escola Porto Alegre se deu sob a solicitação dos futuros estudantes ao Vice-Prefeito em reunião no Gabinete da Prefeitura em 1995. É interessante notar que a escolha deste nome feita por quem vivia nas ruas, sem lugar, sem pertencimento, poderia significar uma reapropriação da cidade de "Porto Alegre" através da escola.

Conforme a própria EPA destaca ao contar sua história, em 1996, a escola solicitou uma reunião intersecretarias para apresentar uma listagem de seus 113 alunos em total abandono pelo Estado, tendo apenas a escola como referência de acolhimento. Deste encontro, surgiu o Grupo de Trabalho Intersecretarias sobre Drogadição, que chamou a atenção do governo municipal da necessidade de programas voltados para a especificidade da situação de rua.

Em 1998, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre tornou oficial o Programa Municipal de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua/PAICA – Rua, criado com o intuito de unificar as ações de diferentes políticas sociais voltadas para o enfrentamento à situação de rua no município. Assim, uma série de ações foram promovidas no final dos anos 90 e início dos anos 2000, ocorrendo a implantação de diversos programas e projetos destinados a infância e juventude⁴. Depois de alguns anos atendendo ao público de crianças e adolescentes, a EPA passou a atender desde 2009 somente a Educação de Jovens e Adultos, a partir de 15 anos, para o acesso

⁴ Lancelotti (2016), em sua dissertação de mestrado “TECNOLOGIAS DE GOVERNO, INFÂNCIA E RUA: Um estudo sobre as categorias e as práticas dos serviços que acompanham crianças e adolescentes em situação de rua em Porto Alegre”, discorre sobre programas destinados às crianças em situação de rua em Porto Alegre.

ao Ensino Fundamental completo, uma vez que as crianças eram mais atendidas pelos serviços de assistência social.

Como aponta Leal (2007) em estudo etnográfico realizado na escola, o ingresso de adolescentes na instituição se dava por meio das abordagens do SESRUA e por informações e “recomendações” que circulam entre os meninos. O autor explica que a escola também recebia encaminhamentos de outras instituições, tais como o Programa de Execução de Medidas Socioeducativas, o Abrigo Municipal e o Lar Dom Bosco (atual Mirabal), além de iniciativas de pessoas que iam até a escola levar o adolescente (LEAL, 2007). O autor também descreve que a escola possuía 100 alunos matriculados aos quais prestava atendimento, porém havia uma espécie de “revezamento” em que alguns adolescentes frequentavam a escola de forma esporádica, o que dava uma média de 25 alunos por dia (LEAL, 2007).

Também como um espaço de articulação e discussão de casos dos serviços governamentais e não governamentais que trabalham com crianças e adolescentes que se encontram em situação de rua na região central de Porto Alegre, destaca-se o Fórum Inter- Rua (Fórum Interinstitucional Sobre a Rua). Esse espaço surgiu com a necessidade das ações destinadas a este público serem complementares (ROSA, 2008).

Ao entrevistar a coordenação da Escola, Leal (2007) aponta que a especificidade da EPA foi sendo construída historicamente no interior de um movimento iniciado em 1985, que propunha propostas pedagógicas alternativas, como por exemplo, as escolas criadas na FEBEM (atual FASE) e no Movimento Sem Terra – MST (LEAL, 2007). Nesse contexto de democratização da sociedade, também foram discutidas medidas que buscavam democratizar a escola e os métodos de ensino, com vistas a uma educação libertária e universal. Nesse movimento surgiu o Projeto Escola Aberta, destinada aos casos de defasagem e evasão escolar, facilitados pelos mecanismos de expulsão e reprovação das escolas (CRAIDY, 1998 apud LEAL, 2007).

A proposta inicial da EPA era um projeto de Escola Aberta, que assim como outras, foram projetadas para o atendimento de crianças e jovens excluídos do sistema regular de ensino e em situação de extrema pobreza. A

Escola buscava trazer essas crianças e adolescentes de volta as suas escolas, servindo de apoio para o retorno as suas comunidades.

Conforme Craidy (1998) relata, um dos motivos mais frequentes de evasão escolar na população de meninos em situação de rua seria o do sentimento de desvalorização dentro e/ou fora da escola. Somam-se a isso as motivações externas à escola, como a necessidade de trabalho e ajuda aos pais, os problemas familiares, as doenças, a falta de passagem escolar, falta de comida na escola ou de roupas adequadas para frequentar as aulas (CRAIDY, 1998 apud LEAL, 2007).

Assim, Leal (2007) relata que o tempo dos meninos na Escola funcionava como uma etapa de preparação para que pudessem retornar e “suportar” a escola regular, considerando que esta também deve estar preparada, aludindo a importância de resgatar a autoestima dos meninos, visto que alguns se acham incapazes de aprender, somando-se a isso o preconceito ao fato de estarem mal vestidos. O fato de que os estudantes voltavam para seus locais de origem, e pouco tempo depois retornavam a EPA, fez com que a Escola Aberta, que não queria dar certo, se assumisse como Escola para continuar consolidando ações políticas para jovens e adultos (GODINHO, 2017).

Deste modo, a EPA especializou-se no atendimento de jovens em situação de vulnerabilidade social, construindo um modelo de gestão escolar capaz de dar sustentabilidade a um projeto político-pedagógico diferenciado, que tem no acolhimento e no acompanhamento seus principais atributos de valor. Logo, pensar a gestão desta Escola é pensar a gestão de uma escola especializada, pois a instabilidade, o sentimento de abandono e exclusão, o consumo de drogas, e o imediatismo comportam o perfil mais constante dos meninos de rua (CRAIDY, 1998 apud ROSA, 2008). De acordo com Rosa (2008), ex-diretora da EPA, a dinâmica da rua, com suas normas próprias, adentra o espaço institucional e torna esse ambiente escolar um serviço de alta complexidade. A autora destaca que o trabalho da EPA é de extrema relevância social, com seu conteúdo pedagógico repensado cotidianamente, entretanto, a escola foi sendo tensionada pela falta de serviços de assistência social e pela descontinuidade das políticas públicas. Isso fez com que a EPA fosse gerando uma multiplicidade de serviços, ampliando seu fazer social, pois

sem condições mínimas de proteção, alimentação, saúde e higiene o estudante da EPA não tem capacidade de permanecer em sala de aula nem de aprender (ROSA, 2008).

Assim, a gestão desta escola busca resultados tanto no âmbito dos aprendizados sócio-cognitivos (acadêmicos) quanto nos aprendizados sócio-afetivos, com o objetivo de gerar intervenções que incidam diretamente na vida dos estudantes (ROSA, 2008). Essa abordagem proporciona novas oportunidades e maneiras de perceber a vida. A EPA oferece um conjunto de atividades e oficinas, como de cerâmica, reciclagem de papel, informática, dança circular, yoga, sarau poético, música, mandalas, roda de mulheres, fotografia, jardinagem e outras atividades ligadas a programas sociais nas áreas da assistência, educação, redução de danos e economia solidária, destinadas a promover autonomia, criatividade, senso de responsabilidade, autoria e participação social (VIRGÍNIO et AL, 2017).

Ao ingressarem na escola, os estudantes são atendidos pelo Serviço de Acolhimento, Integração e Acompanhamento – SAIA, onde realizam uma entrevista na qual relatam oralmente sua história de vida, que servirá de base para uma investigação pedagógica. Após adequar-se, o perfil do aluno a um professor referência, num sistema de progressão em ciclos.

Tais serviços constituem-se em espaços de conversa e de escuta a qualquer momento, numa gestão balizada pelo diálogo e troca de saberes, que procura desenvolver a pedagogia da diferença em favor da heterogeneidade (VIRGÍNIO et AL, 2017). A EPA atende o princípio metodológico da redução de danos, assim os estudantes tem a oportunidade de ficar mais de 10 horas, 12 meses ao ano, na escola (VIRGÍNIO et AL, 2017). Diante disso, o objetivo da escola é ressignificar a relação destes sujeitos com seu processo de aprendizagem e contribuir, com a reconstrução de seu projeto de vida, priorizando o resgate dos vínculos familiares (VIRGÍNIO et AL, 2017).

Em seu estudo, Leal (2007) descreve a particularidade da EPA, como um espaço em que se conjugam aspectos fundamentais das relações sociais travadas pela população de rua, em que perpassam relações institucionais, familiares e práticas vivenciadas. Nota-se assim, a importância de o governo dar atenção a EPA, com o intuito de compreender a atual situação dos serviços

de assistência social em Porto Alegre assim como o cenário de luta política e as demandas dessa população.

Atualmente, a instituição possui cerca de 140 alunos matriculados (embora haja a questão do revezamento), e conta com aproximadamente 25 funcionários, entre eles professores, coordenadores, estagiários, serviços gerais e cozinha. A escola presta atendimento no turno da manhã e no turno da tarde, abrindo às 8 horas e fechando às 17 horas. Antes de começarem as aulas, os alunos têm direito a tomar um café e comer um lanche, e se quiserem podem tomar um banho. Por volta do meio dia é servido o almoço, seguido de um intervalo em que os alunos podem ficar na escola. No turno da tarde, às 15h e 30, é servido o lanche da tarde, antes do último período de aula.

4.1 O Drama da EPA

Na metade do mês de outubro de 2014, se iniciava um período de tensão para a Escola Porto Alegre. A direção da Escola foi surpreendida com o recebimento de uma carta da Prefeitura que comunicava sobre o encerramento das atividades da escola, que teria apenas 2 meses de atividade antes de ceder o espaço a um centro de educação infantil. A decisão da secretária municipal de educação, Cleci Maria Jurach, apoiada pelo governo municipal, na gestão de José Fortunati, causou indignação por parte da direção, dos alunos e de representantes de movimentos sociais que lutam pelo serviço de inclusão da população de rua.

A justificativa da SMED era que o atendimento da Educação Infantil deve ser feito prioritariamente pelo poder público municipal, e que se tem cerca de 800 crianças em lista de espera para vagas nas creches em Porto Alegre. Em reunião com a direção da EPA, a secretária afirmou não haver possibilidade de negociação, e que os representantes da população do centro pediram por meio do orçamento participativo que o espaço fosse utilizado para uma escola de educação infantil. De acordo com a Smed, dos 120 estudantes matriculados na escola, apenas 40 frequentam regularmente as salas de aula, e que a nova escola de educação infantil atenderia cerca de 80 crianças. A proposta era

então, remanejar os estudantes da EPA para a Cmet Paulo Freire, no Bairro Santana.

Impactados pela notícia, rapidamente a comunidade escolar, a sociedade civil e esferas do poder público se mobilizaram para lutar pelo mantimento da EPA. Ainda no mês de outubro, ocorreram protestos na frente da SMED e da Prefeitura exigindo que não fosse fechada a Escola Porto Alegre. Também como pauta dos protestos, estava o Restaurante Popular, o Bandeirão, que estava fechado a mais de um ano e servia refeições por 1 real. A Câmara Municipal dos Vereadores realizou uma audiência pública, demandada pelo MNPR, para buscar diálogo com a prefeitura, que de acordo com a comunidade escolar, tomou a decisão de forma autoritária.

Como críticas a proposta da prefeitura, tem-se a questão da localização da Cmet Paulo Freire, visto que a EPA está na região central, onde se tem uma maior concentração da população de rua, perto de outros serviços que atendem a população de rua, como o Hospital Santa Marta e o AICAS (Associação Intercomunitaria de Atendimento Social). Também, muitos moradores de rua e estudantes da escola acampam nas praças no entorno na EPA. Em 2014, fazia 19 anos que a EPA se especializava em atender jovens e adultos em situação de rua e vulnerabilidade social, sendo a única instituição municipal de ensino que possui infraestrutura e metodologia própria para isso. Assim, a transferência para outra instituição, geraria prejuízo no aprendizado, perda da qualidade de ensino, infraestrutura insuficiente, e significava uma perda do direito fundamental à educação, agravando o processo histórico de exclusão da população de rua. Além disso, Porto Alegre havia aderido no mesmo ano de 2014, à Política Nacional para a População em Situação de Rua do governo federal, o que representa um comprometimento do município com o avanço no trabalho de promoção da qualidade de vida e redução dos riscos sociais dessa população.

De acordo com José Eustáquio Romão, diretor fundador do Instituto Paulo Freire de São Paulo, retirar o direito à educação de adultos em detrimento às crianças, significa uma “eutanasia educacional”⁵. José afirma que

⁵ O relato do professor José Eustáquio Romão está disponível na série Defensores – Episódio 1- Sapere Aude, que documenta a tentativa de fechamento da EPA. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=W_U4jredGo&index=2. Acesso em 22 jun 2018.

ao alfabetizar os adultos, aumenta-se a possibilidade de educação das crianças, devido à convivência e ao fato de o adulto ser a referência para a criança. Portanto, alfabetizar adultos em situação de rua seria uma questão estratégica para o desenvolvimento da sociedade, além de responder a um direito público subjetivo. Também de acordo com José, não é possível dar um aula tradicional para adultos em situação de rua: quando o professor passa uma informação em aula, essa informação é reelaborada por esses estudantes que viveram experiências não vividas pelos professores, elaborando assim novas categorias. Assim, conforme explica José, seria interessante criar um conhecimento sobre a “pedagogia de rua”, relacionando com a “pedagogia do oprimido” de Paulo Freire, em que o oprimido, no caso, os moradores de rua, é que vão criar os elementos para a elaboração científica.

Diante disso, em ação ajuizada pelas Defensorias Públicas do Estado e da União, a 2ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central determinou a proibição do fechamento da EPA, em liminar concedida pelo juiz José Antônio Coitinho. Como fator importante para a decisão do Juiz, constava os relatos escritos pelos estudantes da EPA. Destaca-se também nesse processo, a parceria com o defensor público federal, Geórgio Endrigo, que desde o anúncio do fechamento, esteve em constante diálogo com a comunidade escolar e com o MNPR, e da atuação do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado.

5. APRENDENDO UM POUCO SOBRE A RUAOLOGIA: um relato etnográfico

O interesse em retratar o tema da população em situação de rua emergiu quando, em 2016, participei da Pesquisa PopRua - PESQUISA QUANTI-QUALITATIVA DA POPULAÇÃO ADULTA E INFANTO-JUVENIL EM SITUAÇÃO DE RUA DA CIDADE DE PORTO ALEGRE, realizada pela UFRGS, através do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH. O estudo (UFRGS, 2016) foi demandado pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e foi coordenado pelos professores Ivaldo Gehlen (Departamento de Sociologia) e Patrice Schuch (Departamento de Antropologia – e orientadora da presente dissertação), e da continuidade as outras

pesquisas censitárias realizadas no município de Porto Alegre em 2007 (UFRGS, 2008) e em 2011 (FASC, 2012).

Como resultado censitário do estudo, realizado entre 08 de setembro e 10 de outubro de 2016, apontou-se a existência de 2115 pessoas adultas em situação de rua, o que em comparação com o último estudo realizado em 2011 (FASC, 2012) com a mesma metodologia de pesquisa, representou um acréscimo de 57% de pessoas vivendo nas ruas (UFRGS, 2016). Contudo, de acordo com relatos dos facilitadores, integrantes do MNPR e de moradores de rua que entrevistei, estima-se que esse número seja muito maior, estando no mínimo perto dos 5 mil.

Há que levar em conta também as limitações temporais, metodológicas e de recursos, e as dificuldades de realizar pesquisas censitárias de populações sem domicílio fixo, que exige metodologias de amostragem, logística de campo e abordagem diferenciadas. De qualquer forma, o aumento no número de pessoas em situação de rua em Porto Alegre é inegável. Também é apontado que este crescimento representa uma maior visibilidade dessas pessoas na cidade e traz desafios importantes para as políticas públicas de gestão da população em situação de rua (UFRGS, 2016).

Para atuar como pesquisador foi necessário realizar o Curso de Extensão População em Situação de Rua: Lutas, Políticas e Desafios para as Políticas Públicas, cujo eixo central foi a discussão dos elementos antropológicos, políticos e históricos da problemática das pessoas em situação de rua. No curso, os pesquisadores também realizaram um treinamento de campo, que incluía a abordagem aos moradores de rua e conversas com integrantes do MNPR, que relatavam suas histórias de vida e experiências cotidianas.

É destacada a importante participação das pessoas em situação de rua na pesquisa, como participantes do Grupo de Acompanhamento da pesquisa (constituído também pela FASC), que contou com a representação do Boca de Rua e do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), a participação na realização do campo, como facilitadores, e a participação como palestrantes e como participantes no curso de extensão (UFRGS, 2016). Essa participação foi fundamental para o estudo, pois trouxe o conhecimento dos que vivem na rua, dos doutores em Ruaologia, para contribuir com a estruturação dos

instrumentos metodológicos de pesquisa, e com o mapeamento dos locais e dos serviços existentes utilizados pela população de rua (UFRGS, 2016). Visa-se assim, valorizar a agência política das pessoas colocadas em situação de rua, pois se considera que as práticas e interpretações dos sujeitos acerca de suas próprias situações sociais são um componente essencial na configuração da situação de rua (SCHUCH; GEHLEN, 2012).

A respeito da participação da população de rua na realização da pesquisa, ficou evidente a insatisfação de alguns facilitadores com a coordenação, pois reclamavam não serem avisados de algumas reuniões de mapeamento, que teriam sido mais efetivas com a participação dos facilitadores, justamente por eles conhecerem as dinâmicas do povo da rua na cidade. Entretanto, em acordo prévio com o MNPR e o Boca de Rua, os facilitadores se negaram oficialmente a participar do mapeamento, pois não queriam ser responsáveis pela disposição de informação de paradeiro de pessoas que eventualmente não queriam ser investigadas. Depois, ao longo do trabalho de campo, viram que o trabalho ficava difícil sem o correto mapeamento, e começaram a destacar os espaços de permanência maior de pessoas em situação de rua na cidade, o que exigiu agilidade da coordenação em levar em conta mais esses espaços. Isso trouxe dificuldades, visto que houve dias em que os trabalhos de campo foram improdutivos, pois percorríamos longas distâncias a pé com uma equipe de 5 pessoas para encontrar apenas 1 ou 2 moradores de rua. E os facilitadores falavam frases do tipo: “Eu disse que nesse horário não ia ter ninguém, mas não quiseram me ouvir”, ou “Quem foi que decidiu isso? Quando?”. Essa situação foi provocada pela recusa de participação do MNPR no mapeamento das zonas a serem pesquisadas, com o receio de revelar certos locais, poderiam levar até eles abordagens policiais.

Sabe-se que os moradores de rua foram incluídos na pesquisa na comissão de acompanhamento, na elaboração do questionário, no curso e como facilitadores em cada equipe de pesquisa para ajudar na coleta; todavia, na percepção de alguns deles, poderiam ter sido incluídos também em outros momentos de deliberação, embora oficialmente recusarem essa participação no mapeamento. Os facilitadores que faziam parte dos movimentos da população de rua preocupavam-se em estarem “sendo usados apenas como

um meio para dar legitimação à pesquisa” (nas palavras deles). Outra preocupação deles era de que o censo da pesquisa não representaria o número real de moradores de rua na cidade, impactando negativamente as políticas públicas para a população em situação de rua. É importante assinalar essas reclamações como parte de agir “a partir” e “contra” o Estado, nesse caso, à academia. Assim, essa dinâmica parece apontar que, através dos complexos modos de habitar normas e categorias, novas formas de inscrições políticas são possíveis, realizadas simultaneamente a partir e contra o Estado (SCHUCH, 2015). Também é importante assinalar que em nenhuma outra pesquisa houve uma participação tão grande da população de rua, e que a pesquisa tem como objetivo a contribuição, em algum nível, para as lutas políticas e sociais da população da rua no Brasil.

Tal desconfiança por parte do povo da rua com a pesquisa pode estar diretamente relacionada com a imagem negativa que a FASC possui frente a essa população. Numa abordagem que fiz a dois catadores me perguntaram: “mas não é da FASC isso daí né? Ah não, pera aí que vou te mostrar o que penso da FASC”. E me mostrou o jornal que estava no seu carrinho, na capa falava sobre situações ilícitas e denúncias de desvios de recursos na instituição. Segundo os entrevistados, os serviços e os funcionários da FASC eram quase sempre mal avaliados, inclusive, o albergue municipal é apelidado de “casa do inferno” ou “inferninho” pelos moradores de rua, devido a precariedade e aos maus tratos. Ouvi relatos do tipo: “Me sinto humilhado, as 5 e meia da manhã tu é expulso, faça chuva ou faça sol”; “Eles não lavam as cobertas, fui reclamar que me deram um cobertor fedendo a fezes, e o funcionário me respondeu: vai pra rua então, que daí tu pode escolher”.

Soma-se a isso o fato da constante tentativa de diálogo por parte do MNPR com a FASC, que evita esses encontros. Conforme afirma Richard Campos, um dos líderes do movimento: “A FASC tem medo da população de rua, como é que eles vão ajudar então?”, em audiência pública demandada pelo MNPR e pelo Jornal Boca de Rua, realizada no dia 24/05/2017, que tinha como tema o extermínio, as agressões e a falta de políticas públicas para o povo da rua. Durante a audiência foram feitas várias críticas e denúncias aos serviços e as instituições: falta de papel higiênico; falta de porteiro; falta de cozinheiro; abusos e agressões físicas e verbais de funcionários dos abrigos e

albergues que abusam de seu poder. Ressalta-se que o presidente da FASC, Solimar Amaro, não compareceu a audiência, indicando a diretora técnica, Vera Ponzio, para representar a instituição. No meu ponto de vista, a representante da FASC, tentou se esquivar dizendo que os recursos são escassos e que a atual gestão está tentando resolver vários problemas estruturais deixados pela gestão anterior.

Richard também criticou o atual governo de Marchezan, caracterizado, de acordo com ele, por uma política higienista, de remoção e de internação compulsória, que aciona o Departamento de Limpeza Urbana (DMLU) para retirar os moradores de rua de locais públicos. Gera-se assim, o aumento da violência contra as pessoas em situação de rua. Notava-se uma crescente preocupação com a atual gestão da prefeitura de Porto Alegre, visto que o prefeito se pronunciou no início do mandato dizendo que a assistência social não é prioridade.

Destaca-se também a importante presença dos estudantes da EPA na referida audiência, liberados da aula pelos professores que acompanharam seus alunos, (demonstrando o engajamento da escola com as questões políticas e sociais que envolvem a população de rua). O tema da violência e do extermínio já vinha sendo pauta nas reuniões do Boca de Rua e do MNPR, visto que desde o começo de 2017 até maio do mesmo ano, sabe-se de pelo menos seis mortes, entre elas a de Ana Carmen, estudante da EPA que sofria de esquizofrenia. Ana foi encontrada estrangulada dentro de um contêiner. Paulinho, integrante do Boca, foi assassinado a tiros em plena luz do dia na praça da Matriz, cercado por todos os poderes: o legislativo, o judiciário e o executivo, além da catedral, como conta a reportagem do Boca na edição de abril, maio e junho, Luto e Luta. Pelézinho, também integrante do Boca, foi morto a pancadas por torcedores de futebol. Conforme discutido nas reuniões do Jornal, notícias como essas não aparecem na grande mídia, e se aparecem, não ganham grande repercussão. Seria muito diferente caso fosse uma pessoa branca e de classe média a vítima, haveria passeata contra a violência, um jornal do almoço inteiro falando sobre o caso, capa de jornal e etc.

A partir do trabalho de campo nos abrigos, albergues e ruas do centro, e com a ajuda e parceria dos facilitadores, se iniciava meu aprendizado sobre a Ruaologia: a ciência da vida na rua (BOCA DE RUA, 2018, p.4). Matéria na

qual estou automaticamente reprovado por ter casa para morar. As salas de aulas da universidade estão começando a abrir espaço para os doutores nessa ciência ensinar sobre as percepções dos moradores de rua em relação às políticas públicas e aos serviços de assistência social, e sobre as dinâmicas e relações do povo da rua.

Desse modo, comecei a aprender como eram as relações entre a população de rua e determinadas instituições, como a FASC, por exemplo, e como estas eram vistas por quem vive na rua. Foi daí que me interessei em estudar a EPA, pois notei o alto valor que os estudantes em situação de rua, os militantes e integrantes dos movimentos tinham pela escola, e lembrei o fato de que o governo municipal havia tentado fechar a escola no final de 2014. A EPA aparece como uma das instituições municipais mais bem avaliadas no resultado da pesquisa, com a nota média 7.9, estando atrás apenas do Restaurante Popular, do Consultório na Rua, que ficaram com a nota 8.0, e das equipes de abordagem social, que ficaram com a nota 8.1. (UFRGS, 2016). Já outros programas e instituições voltados especificamente para o população em situação de rua não foram tão bem avaliados, como os Albergues, Abrigos, CentroPop e aluguel social, que ficaram, respectivamente, com a nota média de 7.3, 7.2, 6.9 e 6.0 (UFRGS, 2016). O aluguel social, oferecido pelo município às famílias de baixa renda, para que possam alugar temporariamente um imóvel (limitado ao valor máximo de R\$ 500), ficou com a pior nota devido aos frequentes atrasos nos repasses do Departamento Municipal de Habitação (Demhab) ao proprietário do imóvel.

A pesquisa também constatou que 57% da população de rua entrevistada não possui o Ensino Fundamental completo, o que confirma a importância da EPA como um meio de proporcionar uma educação para a cidadania. Além disso, 6% dessa população é analfabeta, e apesar dessa taxa estar a baixo da média nacional (8,3%), encontra-se acima da taxa de analfabetismo municipal (2,3%) (IBGE, 2010; UFRGS, 2016). Apenas 12,8% disseram ter o Ensino Fundamental completo, 9,7% ter Ensino Médio incompleto, e 9,9% ter Ensino Médio completo. No Ensino Superior, 1,6% disseram ter incompleto, 0,8% ter Ensino Superior completo, 0,3% ter pós-graduação, e 1% afirmam nunca ter ido para a escola (UFRGS, 2016).

É importante também relacionar a questão da escolaridade com a do trabalho, visto que nas conversas e entrevistas que realizei com os estudantes, alguns afirmaram que se formar na EPA ajudaria a conseguir emprego: "... hoje em dia tu tem que ter no mínimo o fundamental né", afirmou Beatriz, estudante da EPA de 18 anos e moradora da ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares, que pretende seguir a carreira acadêmica para se tornar bióloga. Beatriz diz não querer deixar a EPA, e que gostaria de poder cursar o ensino médio ali também. A EPA também traz a possibilidade de renda para seus estudantes, seja através das feiras onde são vendidos as cerâmicas e artesanatos produzidos em aula, ou através do Jornal Boca de Rua. Jorge, de 45 anos, integrante do Jornal, diz que conheceu o Boca através da EPA, e atualmente largou os estudos para poder se dedicar as atividades do jornal e do Projeto Amada Massa (projeto de geração de renda para pessoas em situação de rua, através da venda de pães), que também conheceu através da EPA. Logo, nota-se que a EPA oferece acesso a diversos projetos sociais da sociedade civil e de ONGs que promovem autonomia e geração de renda.

Em relação ao trabalho e à renda, a pesquisa constatou que grande parte do tempo em que estão acordados é dedicado a atividades de sobrevivência, na maioria informais e que geram alguma renda, como catadores de materiais recicláveis, guardadores de carros, lavadores de carros, jardineiros entre outras (UFRGS, 2016). Logo, o estudo mostrou claramente que esta população desempenha função importante na cidade, no ponto de vista econômico e de serviços, e também exercem importante função ambientalista, uma vez que recolhem a maioria dos materiais recicláveis da cidade e realizam a separação desse material, constituindo uma peça fundamental no processo de reciclagem. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA aponta, inclusive, que os catadores são responsáveis por cerca de 90% do lixo reciclado no Brasil (IPEA, 2013). De acordo com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, há 800 mil profissionais do tipo em atividade no país e aproximadamente 85 mil associados ao Movimento Nacional, sendo essa profissão também uma alternativa ao desemprego.

Ao realizar entrevistas no viaduto da conceição às 19 horas, tive a oportunidade de encontrar muitas pessoas em situação de rua finalizando um

longo dia de trabalho, passando com seus carrinhos de supermercado carregados de latinhas de refrigerantes e garrafas pet, pois próximo ao viaduto há os compradores dos materiais recicláveis. Desse modo, na região do entorno do viaduto há um tráfego intenso da população em situação de rua, pois além de ser rota para a reciclagem, é um ponto forte para o tráfico e para a prostituição.

Ao realizar um questionário longo com um jovem de 20 anos que separava com cuidado seus materiais recicláveis, que segundo ele, gerariam um lucro de 50 reais, e que esse dinheiro era todo para o crack, pude concluir que ele, assim como muitas pessoas em situação de rua que trabalham com reciclagem que entrevistei ali, acabam passando o resto do dia nessa região de vulnerabilidade social. Diante disso, na minha opinião, concluí que essa é uma região chave para entender parte das dinâmicas da população em situação de rua da cidade de Porto Alegre. Segundo relatos de colegas de campo, havia um local nessa região que comprava os materiais recicláveis, oferecia quartos para aluguel e prostituição, e que vendia drogas, tudo num único local e de um único dono. Assim, nota-se uma situação de vulnerabilidade, que faz com que esse público continue frequentando o local mesmo nas condições de exploração.

Percebe-se, que a grande maioria dos moradores de rua trabalham, seja reciclando latinhas, garrafas pet, papelões, cuidando de carros na rua, lavando carros, como gari, entre outros. E que alguns passam mais do que 8 horas por dia no trabalho pesado, carregando seus carrinhos com materiais recicláveis sob o sol escaldante da cidade. Isso vai contra a noção preconceituosa do senso comum em considerar o morador de rua um “vagabundo”, que não quer trabalhar.

Também, na última pergunta do questionário longo (O que você quer para a sua vida no futuro?), a resposta era quase sempre a mesma: ter um trabalho e um lugar pra morar. Sabe-se que, por exemplo, para conseguir um emprego no Sine – Site Nacional de Emprego precisa-se de comprovante de residência, documento que nenhum morador de rua possui, o que exclui as pessoas em situação de rua desse processo de conseguir um emprego formal. Também é preciso apresentar RG, CPF e carteira de trabalho, documentos que muitos não têm ou perderam. A posse de documentos formais, em uso em

nossa sociedade, constitui-se em indicador de inclusão social. O que se percebe nos indicadores da pesquisa é que mais da metade dessa população informou possuir a maioria dos documentos corriqueiros da cidadania, como a Carteira de Identidade (65,4%), CPF (61,4%) e Certidão de nascimento (61,3%) (UFRGS, 2016). Ainda há uma parte significativa dessa população alijada deste direito básico de cidadania. Isto é sintomático em relação à obtenção de benefícios sociais, notadamente a posse do cartão do SUS que pouco ultrapassa os 50% desta população (UFRGS, 2016).

A análise dos dados da pesquisa possibilita compreender que as principais ênfases colocadas pelos entrevistados são na transformação dos atributos que os colocam nessa situação social de rua. Ou seja, a conquista de trabalho, casa e família aparecem de forma muito significativa nos dados levantados (UFRGS, 2016). Considerando as respostas que congregam a saída da rua e a conquista de um trabalho/emprego, o acesso a uma casa e a restauração/fabricação de laços familiares, constata-se que tais elementos perfazem 57,29% das respostas dadas (UFRGS, 2016).

No que diz respeito ao aspecto do conhecimento e participação em organizações e movimentos sociais, tem-se o destaque ao Jornal Boca de Rua, que apareceu com o percentual de 65,5% de conhecimento das pessoas em situação de rua (UFRGS, 2016). A EPA destaca-se em segundo lugar com o percentual de 47%, por ser um local onde são realizadas oficinas e aulas abertas sobre temas variados aos quais as pessoas em situação de rua têm livre acesso, além ser o espaço de reunião da equipe de integrantes do Jornal Boca de Rua, que realizam o planejamento das edições e a distribuição dos jornais na escola, todas as terças-feiras (UFRGS, 2016). Já na análise das frequências de participação foi observado que, na amostra, as maiores participações estão relacionadas à EPA e ao Movimento Nacional da População de Rua – MNPR (UFRGS, 2016).

6. ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DA EPA

Minha experiência na EPA começou de maneira intensa, pois na primeira conversa que tive na escola, com o coordenador pedagógico e com a

psicóloga que trabalham no SAIA (Serviço de Acolhimento, Integração e Acompanhamento), já pude presenciar uma situação inusitada para mim, porém não ao cotidiano da escola: uma senhora com cerca de 50 anos chorava e gritava desesperadamente no telefone da escola, a psicóloga foi correndo acalmá-la, o coordenador pedagógico então me informou que ela conversara com uma assistente social a respeito de seu aluguel social. A senhora não queria mais voltar ao cortiço onde morava, pois o dono do local a tratava mal e nesse dia havia lhe dado um soco no braço. Como a negociação é feita entre o proprietário do imóvel e o indivíduo beneficiado, sem o envolvimento direto da Prefeitura, as cobranças caem sempre em cima desse indivíduo em situação de vulnerabilidade e, muitas vezes, envolvem violência.

No mesmo dia, fomos interrompidos por um jovem de 16 anos que estava claramente sobre o efeito de drogas. Ele precisava de novos curativos para o seu machucado, pois queria tomar banho e então teria que trocá-los. Perguntei como havia se machucado, ele me respondeu rindo que foi numa briga e rapidamente mudou de assunto. Notei que o rapaz tinha carinho e respeito pela psicóloga, que a abraçava e dizia: “me ajuda minha professora querida”. A psicóloga foi procurar nos primeiros socorros da secretaria, que é junto com o SAIA, se haviam curativos, porém já não havia mais nada. Ela disse então ao rapaz que ali não era posto de saúde e o recomendou ir até o Santa Marta (Centro de Saúde do SUS no centro, relativamente próximo à escola). Ele disse que o Santa Marta estava fechado e que não queria ir até lá, porque se não teria que ir e depois voltar e isso levaria muito tempo.

A psicóloga então me explicou que eram os professores que mantinham com seu dinheiro os primeiros socorros, visto que a escola tem um orçamento limitado e não recebe material suficiente para essa demanda. Os dois foram ver se algum professor havia curativos em suas salas de aula. Mais tarde a psicóloga me explicou que o motivo do machucado teria sido uma briga em que ele foi atingido por um facão. Fiquei espantado na hora, porém notei que esses relatos de violência eram comuns para quem trabalha na EPA.

Situações como estas demonstram a necessidade de se ter uma retaguarda institucional a escola, isto é, de serviços que atendam com qualidade a população em situação de rua. Essas situações demonstram também o caráter diferenciado da EPA, que além de escolarizar pessoas em

vulnerabilidade social, por vezes se desdobra, atendendo outras demandas de seus estudantes, sendo um espaço de acolhimento e escuta. Pude notar que os profissionais que trabalham no SAIA estão constantemente ocupados, atendendo demandas diversas, não só com o acolhimento e escuta mas também resolvendo questões emergenciais, prestando atendimento à estudantes com problemas de saúde, usuários de drogas, especiais e idosos. Com relação as percepções dos trabalhadores da EPA, analisada em visitas etnográficas e grupos focais na parte qualitativa da pesquisa PopRua, foi acentuada a deficiência dos serviços de saúde, especialmente os referentes à saúde mental. Também foi destacada a necessidade de trabalho em redes de atendimento, vistas como bastante precárias atualmente (SCHUCH et AL, 2017)..

Logo se percebe que parte desse desdobramento do atendimento, está intrínseco a proposta pedagógica da escola. Como um aluno poderá estudar sem estar bem alimentado? Sem poder trocar suas roupas e tomar um banho? E no caso de estudantes em situação de vulnerabilidade, como poderão aprender sem se sentirem acolhidos, sem antes relatar seus problemas, dificuldades, necessidades e expectativas. Porém, como uma condição de trabalho marcante dos funcionários, tem se a percepção de uma redução da problemática da população de rua à uma questão de assistência social, e de uma crescente utilização dessas instituições por populações que deveriam ser atendidas por serviços de saúde(SCHUCH et AL, 2017). Essa falta de opções de encaminhamentos para programas e políticas mais amplas do que aquelas da assistência social geram a sensação de acréscimos de demandas. E, conduzem a percepção de um círculo de dependência do usuário em relação à assistência social, o que problematiza a produção dessa dependência assistencial pelo Estado, através da forma de estruturação das políticas e programas (SCHUCH et AL, 2017). Em relação a esse ciclo de dependência institucional, as pessoas em situação de rua entrevistadas assinalaram a precarização dos serviços de assistência social em Porto Alegre, associada a um tipo de “labirinto” (SCHUCH et AL, 2017).

Minha vivência na EPA se deu através da observação participante em reuniões do Jornal Boca de Rua, na participação em aulas de yoga, nos sarais do coletivo Gente de Palavra e a Palavra da Rua, e na realização de oficinas

de mandalas de fio com os estudantes da EPA. Outro fator importante na minha vivência na EPA foi o jogo de damas. Ao final das reuniões do Boca, os integrantes dividiam-se em grupos de pesquisa para discutir e investigar o que seria publicado no jornal. E então Paulo, meu melhor amigo na escola, um senhor de idade, já me convidava para as damas. Na primeira vez que conversei com ele me perguntou: “quer saber qual é a diversão aqui na escola?”, e então me mostrou o tabuleiro de damas. Não demorou muito para eu constatar que o jogo de damas fazia sucesso na escola, formando, às vezes, filas para jogar. Paulo era quem puxava o pessoal para jogar. Ele sempre dizia como era viciado no jogo de damas, certa vez me disse: “é a minha cachaça agora”. Interpretei que estudando na EPA, Paulo ficava um pouco mais distante de outros vícios relacionados à vida na rua. Porém, Paulo parou de frequentar a escola algumas semanas depois, e com isso, o uso do jogo das damas diminuiu. Paulo havia encontrado uma companheira e ambos estavam vivendo e trabalhando juntos, como catadores de material reciclável.

Outro dia eu estava sozinho no pátio da escola, ao lado do tabuleiro e um jovem de 17, que depois descobri chamar-se Maurício, anos se aproximou me perguntando se podíamos jogar. Ele parecia estar triste e preocupado. Durante o jogo fomos conversando, e Maurício me contou que queria uma vaga na escola, que recebeu a indicação de um amigo, e que sua família o expulsou de sua casa na vila nova, devido ao uso de drogas, mas que agora ele estava decidido a “progredir na vida”. Fui então avisar o SAIA que logo o atendeu. Maurício me perguntou se estudava ali e então lhe contei que estudava na UFRGS, me perguntou como fazia para estudar lá, lhe expliquei que precisa concluir o ensino médio antes e depois fazer o vestibular. Expliquei-lhe também sobre as cotas, e ele pareceu estar interessado, embora seu objetivo no momento fosse outro mais urgente.

Esses casos demonstram como os estudantes “chegam” e “saem” da escola, e a importância do acolhimento da EPA, que fornece segurança, proteção e certa estabilidade para a população de rua, que muitas vezes procura a escola a fim de resolver questões emergenciais e imediatistas, como ter um lugar para passar o dia, se alimentar, tomar banho e receber orientações. Isso também se confirma em entrevista realizada com o estudante Jorge, de 63 anos, conhecido como “o veio”, que afirma:

“Enquanto eu puder ficar dentro da EPA, a minha estrutura, a minha personalidade vai ser essa” (de estudante)... eu vou para a escola porque eu não quero ficar na rua, às 6 da manhã eu sou expulso do albergue (Dias da Cruz), e se não vou para a escola fico na rua...na escola tem um aconchego, tem um café da manhã, tem internet, tem estudo...tem uma família” (JORGE, entrevista, Porto Alegre, 2018).

Quando perguntei se pretende formar-se na EPA, Jorge respondeu:

“Me formar pra que? Eu tenho 63 anos não tenho nem onde morar durmo de baixo da ponte, meu colégio foi o mundo, estudei um pouco na penitenciária mas lá o bagulho é “embolorado”... To com 63 anos ando doente pra caramba, me formar pra que? Eu to correndo atrás é dos meus direitos, que tão na constituição... Mas eu não vou pra EPA pra ficar de brincadeira não, alguma coisa eu vou levar dali, nem que seja as amizades” (JORGE, entrevista, Porto Alegre, 2018).

Jorge estuda na EPA há dois meses, conta que veio parar ali pelas consequências da vida, e que sempre ouvia falar da escola, mas que não tinha noção de como era. Ao perguntar a Jorge como ele se sente estudante na EPA a resposta foi:

“Ah, uma maravilha... eu nunca pensei que aos meus 63 anos de idade ia ter a oportunidade de entrar e conhecer um museu de obras de arte, foi uma maravilha” (em referência a visita guiada da EPA na 11ª Bienal do Mercosul). (JORGE, entrevista, Porto Alegre, 2018).

Da mesma maneira, o ex-estudante e morador da Aldeia Zumbi dos Palmares, de mesmo nome, Jorge A., de 45 anos, quando questionado sobre a importância da EPA para a população de rua, respondeu com quatro palavras chave: esperança, determinação, autoestima e oportunidade. Segundo Jorge, a EPA lhe trouxe foco:

“quando você tá na rua começa a pensar coisas erradas, negativas”; “nunca vou me esquecer de como dizia minha falecida mãe: mente vazia, oficina do diabo”. (JORGE A., entrevista, Porto Alegre, 2018).

No momento em que entrou na escola, Jorge conta que encontrou quase tudo que precisava na EPA: possibilidade de renda, amizades, família, e conhecimento sobre seus direitos. Hoje em dia Jorge não está mais cursando o ensino fundamental na escola, mas continua frequentando-a nas reuniões do Boca, do MNPR, demais atividades abertas ao público e momentos de

confraternização. Diferentemente de outras escolas na modalidade EJA para o Ensino Fundamental, que oferecem a possibilidade de alfabetização, instrução e um diploma para o currículo, os alunos em situação de rua que procuram a EPA buscam outros valores, como acolhimento, afetividade, esperança, reconstrução da autoestima, e novas possibilidades.

Quando perguntei sobre a utilização e a avaliação dos serviços assistenciais para a população de rua, Jorge respondeu: “Já utilizei, mas graças a deus não utilizo mais, a FASC ta falida”. Na mesma questão, o Jorge de 63 anos afirmou com pessimismo que utiliza quando tem vaga: “Não posso ficar reclamando dos serviços por que é a única coisa que a gente tem...Vou reclamar pra que? As pessoas que trabalham lá não tem culpa, elas fazem o que podem”.

Já a estudante Beatriz, de 18 anos, também moradora da Aldeia Zumbi dos Palmares, está na EPA fazem três meses, e conta que conheceu a escola pelo seu namorado, que elogiava e a recomendava a EPA. Seu namorado, de 20 anos, teve que interromper os estudos na EPA para poder trabalhar na Cootravipa, pois queria “se manter”. Beatriz conta que teve uma infância muito sofrida, em que ela e a irmã eram abusadas pelo padrasto, e sua mãe usava drogas. A partir de uma denúncia, ambas foram para num abrigo. No abrigo, Beatriz conta que sua irmã adoeceu mentalmente, pois tiraram o filho dela (com o padrasto), e hoje ela é considerada especial, devido a diversos traumas psicológicos. Beatriz conta que estava em profunda depressão e que ninguém no abrigo vazia nada para lhe ajudar, ninguém a explicava o que estava acontecendo. Assim, com apenas 12 anos, decidiu fugir do Abrigo e largar escola, porque se voltasse para escola iam “pegar ela”. Nesse dia, ao estar sozinha chorando na praça de noite, Beatriz conta que teve a sorte de ser encontrada por Rita (já falecida) e Alessandra (integrante do Boca), que a protegeram na rua.

Depois disso, Beatriz morou no Abrigo Marlene, e estudava “num EJA que não era para moradores de rua” (nas palavras dela). Perguntei-a qual a diferença da EPA em relação às outras escolas:

“Nos colégios que são esses daí que não são para morador de rua, é diferente os professores, o tratamento deles é muito estranho, eles só querem saber de quadro e quadro (impessoal), e aqui (na EPA) não,

aqui tu entra na sala os professores te dão bom dia, perguntam como tu tá, se tá bem se tu não tá alterado. E não só isso, nem sempre é na sala de aula, as vezes a gente sai pro campo livre para ter aula, então ótimo né, a gente acaba aprendendo bem mais, não é uma aula chata. Porque dizem né, que para aprender tem que ser bem assim, assim e assado, mas não né. Aqui os professores vão ensinando, e depois que os professores falam eles vão em cada aluno, individual, e perguntam: tu entendeu isso? Se não eles explicam melhor.” (BEATRIZ, entrevista, Porto Alegre, 2018).

Beatriz também elogiou as aulas de cerâmica: “Em que colégio tu aprende isso?”. Perguntei também: qual a importância da EPA para a população em situação de rua?

“A importância é que a EPA não tem preconceito contigo, porque se tu vai num colégio normal, a diretora te olha de cima a baixo primeiro, primeira coisa. Daí se tu tá sujo, mal vestido, não tem matrícula. Na EPA não, tu pode tá sujo, fedendo, de qualquer jeito, a professora vai lá, conversa contigo, ainda oferece um café, manda tu tomar um banho, entendeu? Ou dá roupa, essas coisas assim”. (BEATRIZ, entrevista, Porto Alegre, 2018).

Na minha percepção, e de acordo com demais relatos que escutei da população de rua, o que Beatriz falou demonstra um dos principais problemas nos serviços públicos (escola, hospitais e também serviços que prestam atendimento a população de rua, como abrigos e albergues), que deveriam ser universais: o preconceito com o morador de rua. Acredito que quando uma pessoa em situação de rua busca esses serviços, espera exercer seus direitos básicos que estão na constituição. Como se já não bastasse a falta de oferta desses serviços, a falta de vagas, a precariedade da infraestrutura, a falta de materiais de higiene, o acolhimento, ou seja, o tratamento com dignidade, é o mínimo a se esperar por parte dos funcionários. Nota-se assim, a importância de se ter profissionais bem qualificados, que compreendam e respeitem a situação de rua.

O problema do preconceito nos serviços pode ser agravado com os processos de terceirização progressiva das atividades de trabalho desenvolvidas nos abrigos, albergues, e centropops, o que faz com que convivam, em um mesmo serviço, profissionais com vinculações patronais distintas, remunerações diferenciadas até mesmo para a mesma atividade e processos de capacitação funcional bastante desiguais (SCHUCH et AL, 2017). A pesquisa, realizada a partir de visitas etnográficas que contaram também

com entrevistas com gestores desses equipamentos constatou que a constante rotatividade de trabalhadores terceirizados e, fundamentalmente, a impossibilidade de seleção funcional são configurações que são percebidas como dificuldades para a gestão institucional (SCHUCH et AL, 2017).

Ao falar sobre o papel da EPA na rede dos serviços para a população de rua, Beatriz afirma haver uma ligação:

“Quando não dá para resolver no SAIA, ou quando tu não tem a mínima ideia do que fazer, eles ligam para o CREAS, marcam horário pra ti, conversam com pessoas de lá que já conhecem, tem uma ligação. Eles marcam várias consultas, exames...” (BEATRIZ, entrevista, Porto Alegre, 2018).

Percebe-se que a EPA adquire também a função de oferecer o acesso a uma rede mais ampla de atendimento da assistência social. E conforme Beatriz explicou, não só para o CREAS, mas também para os serviços de saúde. Em relação ao CentroPOP I, Beatriz diz que não utiliza mais, não por culpa das pessoas que trabalham lá, mas pela precariedade e falta de infraestrutura:

“É muito ruim. Quem trabalhava lá era super atencioso, conversava contigo, só que a estrutura não era o que tinha que ser, faltava atividades, faltava até papel higiênico”. (BEATRIZ, entrevista, Porto Alegre, 2018).

A partir desses relatos, fica evidente que um fator importante para o atual funcionamento dos serviços assistenciais, frente à falta de investimento e de atenção pelo poder público, é a dedicação e o acolhimento exercido pelos funcionários desses serviços, ainda que sejam casos raros. Este é evidentemente um diferencial da EPA, visto que ao vivenciar algumas atividades na escola, percebe-se o carinho que os alunos têm pelas professoras e professores.

O estudante Diego, de 16 anos, chegou à EPA há apenas um mês, porém conhece a escola faz tempo, pois já havia ido à escola na formatura de suas duas irmãs, que atualmente estão morando com ele na ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares. A mais velha está lutando para obter a guarda de Diego. Os pais de Diego faleceram durante sua infância, por problemas de saúde. Assim, Diego já morou com o avô, depois com sua tia, e passou por dois

abrigos diferentes. Antes da EPA, Diego conta que já passou por 6 colégios diferentes: Lauro Rodrigues, Lídia Moschetti, Davi Luís, Presidente Vargas, Venezuela e Euclides da Cunha. No penúltimo colégio que frequentou, Diego conta que foi expulso por causa de uma briga. No próximo colégio, não quis mais ir pra aula, pois ia ficar na turma das crianças. Um dos fatores positivos na EPA são os colegas mais velhos e de mesma idade, que segundo Diego, proporcionam outra conversa, outro “tom”. Quando perguntei se pretende se formar na EPA, Diego respondeu: “mais ou menos, não é que eu queira, é que eu preciso se não o cara não consegue nada (de emprego)”. Diego conta que o que mais está gostando na EPA, além da possibilidade de tomar banho, lavar roupa, poder ir para escola à tarde para participar de outras atividades, é a informática e a educação física.

Tendo isso presente, nota-se um contexto social marcado pela penúria econômica e pela fragilidade dos laços familiares, em que, na narrativa de Diego, os adultos responsáveis por ele, pouco se importavam com as questões escolares. No que diz respeito a vida escolar, nota-se uma inadaptação às exigências escolares (concentração, disciplina, passividade diante das normas, linguagem associada a civilidade), que não haviam sido construídas em seus processos de socialização prévios, particularmente em suas famílias (VIRGÍNIO et AL, 2017). Isso ocorre também devido a um ambiente escolar marcado por arbitrariedades e ausência de diálogo.

Salienta-se também o constrangimento que significa estudar em uma turma com alunos mais novos. Outro sentimento de vergonha é o da reprovação, que coloca sobre o aluno toda a responsabilidade de aprendizagem sem considerar um conjunto complexo de situações internas e externas à escola, que interferem significativamente na aprendizagem (PARO, 2001 apud, VIRGÍNIO et AL, 2017). Desse modo, é compreensível que a busca pela valorização pessoal e social se dê na estratégia de sair da escola.

Já em conversa com o estudante Anderson, de 28 anos, ele conta já ter estudado na EPA e saído, retornado novamente, e repetido isso mais de uma vez. A busca pela EPA se dava justamente pela questão do amparo e acolhimento, na possibilidade de ter uma refeição e poder trabalhar no Jornal Boca de Rua. Quando Anderson conseguia um emprego, ou um lugar para ficar, em casa de amigos ou em pensões pagas com o dinheiro de seu

trabalho, ele se afastava da escola. Anderson conta que a EPA é um lugar que ele busca quando está “na pior”, e que por meio desse apoio que a escola fornece, busca atingir seus objetivos, como conseguir um emprego e ter um lugar para passar o dia.

Embora a EPA seja uma importante referência para Anderson, ele afirma não concordar com algumas coisas que acontecem na escola, como por exemplo, na vez em que trouxe sua companheira e suas filhas, uma de 4 anos e outra de 1 ano, para escola, que ocorreu há mais de um ano. Com mágoa e tristeza, Anderson conta que nesse dia chuvoso, teve suas filhas e companheira expulsas da escola, pois não poderia ficar no espaço com as crianças. Anderson conta que teve que pegar comida escondido, colocando-a numa sacola, para depois dar as suas filhas. Frente ao ocorrido, Anderson afirma ter raiva da direção, pois de acordo com ele, a direção da escola permitia que as crianças dos moradores da aldeia (ocupação próxima à escola) entrassem na escola, e as filhas dele não, afirmando que os moradores da aldeia, por serem integrantes importantes do jornal e do movimento, tinham tratamento diferenciado.

Diante do relato de Anderson, como os de outros estudantes, pode-se interpretar que ao mesmo tempo em que a EPA borra algumas fronteiras entre as políticas públicas, quando presta um atendimento que deveria ser da saúde, ou de um abrigo, a EPA também reforça essas fronteiras, indicando e incentivando o uso de outros serviços, também como uma forma de destacar a importância de se ter um trabalho em rede. Dessa maneira, podem-se sugerir algumas reflexões, como por exemplo, onde começa e onde termina uma política pública ou serviço? É de escola que a população de rua precisa? Se não de quê?

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, convive-se com uma população de 56 milhões de pessoas, com mais de 18 anos, que não possui sequer o ensino fundamental completo (INEP, 2013). Isso se torna mais dramático considerando o fato de que, nos últimos 8 anos, as matrículas do EJA, passaram de 5 milhões para 3,4 milhões, representando uma redução de 32,5%.

A negligência em relação à formação educacional da população brasileira compromete a constituição dos demais direitos de cidadania, sejam eles políticos, sociais, econômicos e culturais. Ressalta-se que essa educação deve ser entendida como um direito inalienável e intransferível, e que se refere a uma disposição social destinada a potencializar as capacidades humanas e as liberdades substantivas, que amplificam as possibilidades dos indivíduos de controlar seus destinos (SEN, 2000). Isso implica oferecer conteúdos culturais, cognitivos, sociais e afetivos às pessoas, potencializando sua compreensão do mundo, para que possam exercer seus direitos e deveres como cidadão, e melhor se integrar ao tecido social, político, cultural e profissional.

Registra-se, a partir das entrevistas e conversas informais que tive com alunos durante o período de minha pesquisa de campo, que muitos estudantes que chegam a EPA já passaram por diversas dificuldades, traumas e violações de seus direitos básicos, inclusive na infância. Estes congregam em suas trajetórias e relações sociais a convivência com doenças físicas e/ou mentais, a morte prematura da mãe e do pai (ou o abandono pelo pai), pais separados com pouca escolaridade, famílias numerosas, o uso de drogas e o trabalho infantil. Além disso, os alunos viveram em ambientes marcados pela pobreza e falta de infraestrutura, como saneamento básico.

A partir de minha pesquisa, é possível depreender que, para os alunos da escola, a EPA é diferente de outras escolas, por não possuir preconceito, permitir que os alunos frequentem a escola nos dois turnos, participando das atividades e oficinas, por permitir que os alunos lavem roupa e tomem banho na escola, por proporcionar possibilidades de renda, e por apoiar os movimentos sociais da população de rua. Além disso, reoportuniza a alfabetização quando esses alunos já tinham desistido ou abandonado os estudos por problemas e dificuldades diversas. Ressalta-se também a função política da EPA, que por ser um espaço de socialização e construção de conhecimentos, proporciona a politização de seus alunos e a articulação da população de rua. A partir da visão dos alunos, nota-se que a EPA é também uma instituição diferenciada no que diz respeito aos serviços de atendimento da população de rua, pois se destacaram qualidades como o respeito, a compreensão, a escuta, que conduzem a reorganização dos projetos de vida dos alunos, reconstruindo sua autoestima e determinação.

Principalmente por essa característica de acolhimento humano, a EPA se torna, muitas vezes, a porta de entrada para uma rede de atendimento na assistência social e na saúde. Tem destaque e significado o trabalho de inclusão social desenvolvido pela escola, especialmente pela organização de seu projeto pedagógico, que em termos estruturais e curriculares, busca promover uma educação inclusiva, voltada as necessidades de desenvolvimento pessoal e coletivo de estudantes em situação de rua. Nas palavras da atual diretora da escola, vagas não significam inclusão, mas acolhimento sim, e a EPA dispõe de serviços de acolhimento, integração, acompanhamento e desenvolvimento social e criativo de seus alunos, caracterizando uma metodologia própria de trabalho. Diante disso, fica a reflexão sobre o reconhecimento da EPA como um laboratório de políticas públicas para população em situação de rua, como um possível modelo de escola a ser utilizado em outros municípios e Estados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, 2004. **Política Nacional de Assistência Social**. MDS-SNAS, 2004.

BARROS, André e PERES, Marta. **Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas**. *Revista Periferia Volume III, Número 2*, Rio de Janeiro, 2011.

BIEHL, J. **Antropologia do devir: psicofármacos – abandono social – desejo**. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 413-449, 2008.

BIEHL, J.; LOCKE, P. **Deleuze and the anthropology of becoming**. *Current Anthropology*, Washington, v. 51, n. 3, p. 317-351, 2010.

BOCA DE RUA. **Pequeno Dicionário de Ruaologia**. Porto Alegre, ano XVII, nº66, 2018, p.4.

BRASIL, 2011. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop**. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília, 2011.

BUTLER, Judith. **Repensar la vulnerabilidad y la resistencia**. In: Simposio de la Asociación Internacional de Filósofas - IAPH, 15., Madrid. *Anais...* Madrid: IAPH, jun. 2014. p. 24-27.

CRAIDY, Carmem Maria. **Meninos de rua e analfabetismo**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE – CME/POA. **Comissão de Ensino Médio, Modalidades e Normas Gerais**. Porto Alegre, 2014.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **ETNOGRAFIA: SABERES E PRÁTICAS** In: *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

FASSIN, Didier. Another Politics of life is possible. **Theory, Culture and Society** **26 (5)**, 2009. p. 44-60.

FAZEL, Seena; GEDDES, John R.; KUSHEL, Margot. **The health of homeless people in high-income countries: descriptive epidemiology, health consequences, and clinical and policy recommendations**. Europe PMC Founders Author Manuscripts, 2015. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4520328/>. Acesso em 28 março 2018.

FIGUEIREDO, Gustavo de Oliveira; WEIHMÜLLER, Valentina Carranza; VERMELHO, Sônia Cristina; ARAYA, Juan Bacigalupo. **Discusión y construcción de la categoría teórica de vulnerabilidad social**. Cad. Pesqui. vol.47 no.165 São Paulo July/Sept. 2017.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**, Dissertação de Mestrado, UNB, Brasília, 2006.

FONSECA, Cláudia. **Direitos dos mais e menos humanos**, UFRGS, Horizontes Antropológicos, Porto Alegre 1999.

FONSECA, Cláudia; JARDIM, Denise; SCHUCH, Patrice; MACHADO, Helena. **Tecnologias de governo: apreciação e releituras em antropologia**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 22, n. 46, p. 9-34, jul./dez. 2016.

FURTADO, Calvin. **População em situação de rua e direitos humanos: uma narrativa sobre o histórico de inclusão nas políticas públicas brasileiras**. Anais do VIII Seminário Nacional Sociologia & Política Maio. Curitiba, 2017.

GODINHO, Josiane Machado. **A escola de quem não tem escola: os desafios da escolarização para jovens em situação de rua**. Anais da 38ª Reunião da ANPEd. São Luis do Maranhão, 2017.

GOMES, M. A. & PERREIRA, M. L. D.. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas**. Ciência & Saúde Coletiva. 2005.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IANNI, Octávio. **A ideia do Brasil moderno.** 2ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994

INEP. **Censo da educação básica: 2012** - resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf. Acesso em 3 jul 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável.** Brasília, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf. Acesso em 4 jul 2018.

LEAL, Eduardo Martineli. "**Da porta para fora**": a constituição de um **problema social.** Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, Ponto Urbe, 2007.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Apresentação Dossiê Fazendo Estado:** estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2012, V. 55 Nº 2.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Myth in Primitive Psychology.** London, Kegan Paul. 1926.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e Cidade.** Atual, São Paulo, 1997.

MONTEIRO, Simone da Rocha. **Marco Conceitual da Vulnerabilidade Social.** Sociedade em Debate, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.-dez./2011.

NATALINO, Marco Antonio. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil.** Texto para Discussão 2246 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Brasília, 2016.

NIETO, Carlos J. ; KOLLER, Silvia H.. **Definiciones de Habitante de Calle y de Niño, Niña y Adolescente em Situación de Calle:** Diferencias y Yuxtaposiciones. ACTA DE INVESTIGACIÓN PSICOLÓGICA, 2015, 5 (3), p. 2162 – 2181.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas:** o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PROCOPIUCK, Mário. **Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública: Análise e Avaliação: governança e redes de políticas, administração judiciária.** São Paulo: Atlas, 2013.

ROSA, Márcia Gil. **A Gestão de uma Escola Especializada no Atendimento de Adolescentes e Jovens com trajetória de vida nas ruas.** Trabalho de Conclusão de Curso, IBGEN, 2008.

SCHUCH, Patrice. **Antropologia entre o Inesperado e o Inacabado:** Entrevista com João Biehl. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 22, n. 46, p. 389-423, jul./dez. 2016.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. **A “Situação de rua” para além de determinismos:** explorações conceituais In: **A Rua em Movimento:** debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Didática Editora do Brasil, Belo Horizonte/MG, 2012.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo; PAIM, Heloísa Helena Salvatti; MARTINELLI, Tiago. **Equipamentos, Serviços e Visões sobre Políticas Públicas para pessoas adultas em situação de rua em Porto Alegre: entre o cuidado e a violência** In: In: População de Rua: políticas públicas, práticas e vivências. Porto Alegre: Cirkula, 2017.

SCHUCH, Patrice. **A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil.** IN: Ciência, identificação e tecnologias de governo / organizado por Claudia Fonseca e Helena Machado.– Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHORE, Chris. **La Antropología y el Estudio de la Política Pública: Reflexiones Sobre la "Formulación" de Las Políticas.** Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología, 2010.

SHORE, Chris; WRIGHT, Susan. **Anthropology of Policy: Critical Perspectives on Governance and Power.** London, New York, Routledge. 1997.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. In: RAMALHO, P. Jether; ARROCHELLAS, Maria Helena. (Orgs.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil.** São Paulo, Cortez, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Cadastro e Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre, dezembro de 2016. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?reg=41&p_secao=120. Acesso em 28 mar 2018.

VIRGÍNIO, Alexandre Silva; GEHLEN, Ivaldo; PIMENTA, Melissa de Mattos; SCHUCH, Patrice; MEIRELLES, Mauro. **População em Situação de Rua e Imaginário Escolar: Memórias da Antieducação** In: População de Rua: políticas públicas, práticas e vivências. Porto Alegre: Cirkula, 2017.

ANEXO

Roteiro de Entrevista com os Estudantes:

1. Dados dos Entrevistados

- Nome (opcional), Idade, Sexo, Cor, Ano de Estudo, Trabalho.
- Há quanto tempo está estudando na EPA?
- Faz parte de algum movimento social, ou já fez? Boca de Rua, MNPR, etc.
- Atualmente você se considera como sendo parte da população em situação de rua? Se não, considera que já fez parte dessa população em algum outro momento?
- Há quanto tempo vive na rua?
- Porque/Como veio parar na rua?
- Usa, ou já usou alguma droga? Qual?

2. Chegada à EPA / Trajetória

- Como conheceu a EPA?
- Já estudou em outras escolas antes? Se sim, qual o motivo da saída dessas escolas?
- Qual a diferença da EPA em relação às outras escolas que você já frequentou?
- Pretende se formar na EPA?
- Pretende continuar estudando depois? Terminar o ensino médio também?
- Dificuldades de permanência na EPA
- Tem alguma dificuldade para frequentar a EPA? Referente à locomoção, transporte, trabalho, saúde.
- O que poderia melhorar na EPA?

3. Mudanças na Vida a partir da EPA

- Como se sente estudando na EPA? -O que você mais gosta na EPA?
 - O que a EPA mudou na sua vida? Como a EPA te ajudou/ajuda?
 - Qual a importância da EPA para a população de rua?
 - Qual o maior ensinamento que a EPA te trouxe?
4. Acesso às Políticas Públicas e o papel da EPA/ Serviços de Assistência Social
- Quais serviços públicos que utiliza/já utilizou?
 - Quando tomou conhecimento deles? A EPA influenciou nisso?
 - A EPA incentiva o uso de outros serviços?
 - O que você acha dos serviços que utiliza? E das Políticas Públicas voltadas para a população de rua?
5. Fechamento da EPA
- Participou das mobilizações contra o fechamento da Escola?
 - Tinha conhecimento sobre esse fato? O que acha disso?